CAPÍTULO 1

FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.31 Estratégia de resolução de questões

Os assuntos em torno das fontes do direito processual penal e da aplicação do direito são frequentemente exigidos dos candidatos a concursos públicos. O domínio do tema confere potência na percepção da resposta. A questão a seguir é de prova de membro do Ministério Público, exigindo conhecimento sobre **antinomias**, que é tema de teoria do direito, aplicável ao processo penal.

(MPE-CE - CESPE - 2020 - MPE-CE - Promotor de Justiça de Entrância Inicial) Segundo Norberto Bobbio, o ordenamento jurídico não tolera antinomias, e suas normas distinguem-se nos âmbitos da validade

(A) temporal, espacial, de finalidade e material.

(B) temporal, espacial, pessoal e imperativa.

(C) temporal, autorizativa, pessoal e material.

(D) hierárquica, espacial, pessoal e material.

(E) temporal, espacial, pessoal e material.

Vale notar que as alternativas incorretas contêm classes incompatíveis entre si. Por exemplo, "temporal" não guarda nexo com "imperativa" para se estabelecer um critério de divisão. Os âmbitos de validade são divididos conforme critério uniforme de sistematização (*principium divisionis*).

A alternativa correta é a letra **(E)**.

As noções de tempo e espaço são formas de intuições kantianas e condicionantes da possibilidade do pensamento,

havendo oposição sob certo sentido: o **tempo** é interno e o **espaço**, externo. De outro lado, o âmbito **pessoal** se refere ao sujeito, enquanto o **material** à conduta humana, cujo núcleo é o verbo do enunciado normativo.

Outra questão, de concurso público para membro da magistratura, requer do candidato o conhecimento sobre a classificação das fontes do direito processual penal:

(TJMG - VUNESP - 2012 - Juiz de Direito Substituto) Considere as afirmações a seguir.

I. São admitidos no Direito Processual Penal a interpretação extensiva, a aplicação analógica e os princípios gerais de direito.

II. Os costumes têm caráter de fonte normativa primária do Direito Processual Penal.

III. Com autorização pela Emenda Constitucional n.º 45/09 para o Supremo Tribunal Federal (STF) editar súmulas vinculantes, passamos a ter novas fontes material e formal das normas processuais penais.

IV. A analogia é aplicável somente em caso de lacuna involuntária da lei, ainda que não haja real semelhança entre o caso previsto e o não previsto.

Estão corretos apenas os itens Alternativas

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) I e IV.

(D) II e IV.

A alternativa correta é a letra **(B)**.

Como analisado ao longo do capítulo, o costume é fonte subsidiária, secundária do direito processual penal (incorreta a afirmação II).

A analogia, por sua vez, é expressamente admitida a partir da derivação da expressão interpretação analógica contida no art. 3º, do CPP. Ademais, a **similitude** é essencial para que possa ser aplicado o raciocínio analógico, isto é, a compatibilidade entre o caso não regulado pelo ordenamento jurídico e outro enunciado que disciplina situação hipotética semelhante (incorreta a afirmação IV).

CAPÍTULO 2
ORDENAMENTO E SISTEMA

2.16 Estratégia de resolução de questões

A interdisciplinaridade é característica que tem sido incrementada quando da elaboração das provas de concursos públicos. O domínio da filosofia geral e do direito, bem como da teoria do direito amplia a percepção dos traços desses temas no processo penal comprometido com os pilares racionais, sistemáticos e constitucionais. A questão ora analisada é para membro da defensoria pública.

(DPE-PR - NC-UFPR - 2014 - Defensor Público) De acordo com a jurista francesa Simone Goyard-Fabre, a questão central da filosofia jurídica é a discussão acerca do fundamento para o ordenamento jurídico, que historicamente foi tomada pelo debate entre naturalismo e positivismo. Acerca do tema, é correto afirmar:

1. Na filosofia hegeliana, a realização da razão no direito prescinde do Estado, eis que o direito positivo é arbitrário e naturalmente tendente à alienação, e a verdadeira cidadania só pode aflorar de uma sociedade autônoma face ao poder estatal.

2. A teoria autopoiética de Luhmann necessita da referência a um sistema jurídico "aberto", cuja redefinição dos elementos é possível somente por meio de um referencial externo social, político ou cultural.

3. O advento do constitucionalismo anda lado a lado com o triunfo do racionalismo moderno, eis que possibilitou a interpretação racional do ordenamento jurídico enquanto "sistema" hierarquizado. Assinale a alternativa correta.

(A) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.

(B) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.

(C) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

(D) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

(E) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

A resposta correta é a letra **(B)**.

Em Hegel, o Estado é o espírito absoluto, que está no mundo se realizando nele com consciência. Consiste na própria ideia que se manifesta no mundo, enquanto ingresso da consciência universal.[1]

A assertiva "1" é incompatível com esses fundamentos de natureza **autoritária**, porquanto a estrutura constitucional do direito brasileiro é acusatória, tal como se estudou ao longo deste capítulo.

Como aduzem Geovanni Reale e Dário Antiseri, "eis o famoso trecho de Hegel, que fez história em todos os sentidos, porque (com ou sem razão) foi invocado como justificação para as mais recentes ditaduras", qual seja, "'em si e para si, o

1. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Tradução: Paulo Meneses [com a colaboração de Karl Heinz Efken]. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1992. p.266-268.

Estado é a totalidade ética, a realização da liberdade, e que a liberdade real é a finalidade absoluta da razão".[2]

Igualmente equivocada é a afirmativa "2". A *autopoiesis* descrita na **teoria dos sistemas** de Niklas Luhmann pressupõe um **sistema operativamente fechado** e é nesse ambiente rigoroso que as normas processuais penais devem ser produzidas e controladas.

A importância do estudo do pensamento sistemático e sua aplicação ao direito processual penal não passou ao largo da acuidade da banca examinadora do concurso público para membro da magistratura do TRF da 4ª Região:

> **(TRF4 - TRF - 4ª REGIÃO - 2009 - Juiz Federal) Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.**
>
> I. Sistema ou estrutura é o conjunto ordenado de elementos, relacionados por um princípio unificador, que formam um todo pretensamente orgânico, destinado a uma determinada finalidade.
>
> II. Os sistemas processuais penais possuem diferenciações analíticas e rígidas, imutáveis na evolução histórica.
>
> III. Atualmente, predomina na América Latina o sistema inquisitório, também conhecido como reformado ou napoleônico.
>
> IV. Na Grécia e no maior período da Roma republicana, o sistema processual era acusatório, com acusação e julgamento popular.
>
> (A) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
>
> (B) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
>
> (C) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
>
> (D) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

---

2. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia*: do Romantismo até nossos dias [volume 3]. Tradução: Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 1990. p.150-151.

A resposta certa é a letra **(B)**.

O postulado unificador é fundamental ao equilíbrio do sistema, notadamente ao cumprimento de sua **função** (pragmática) e ordenação de sua **estrutura** (sintática), a ser preenchida pelo **sentido** jurídico (semântica).

A divisão de funções é uma das marcas notáveis da justiça ateniense, da Grécia antiga, enquanto, em Roma, o período republicano demandou ajuste do sistema à necessidade de uma acusação definida, com dominação pelo contraditório, como narrado por Geraldo Prado.[3]

A oscilação entre as formas sistemáticas no tempo e no espaço retrata movimento pendular histórico que explica porque a assertiva "II" está incorreta.

A afirmativa "III", a seu turno, é equívoca porque generaliza os sistemas da América Latina e não considera o ponto de vista (constitucional, legislativo ou judicial) para classificar o sistema como inquisitorial. Ademais, confunde o sistema inquisitório com sistema híbrido (napoleônico, reformado, misto ou eclético), classificação de validade teórica duvidosa.

CAPÍTULO 3

CONCEITO E DEFINIÇÃO NO PROCESSO PENAL

3.15 Estratégia de resolução de questões

A delimitação do aspecto de fato a ser objeto de interpretação é relevante para a identificação da resposta correta

3. PRADO, Geraldo. *Sistema acusatório*: a conformidade constitucional das leis processuais penais. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p.73;75.

de uma questão de prova. Os parâmetros estudados neste capítulo foram objeto de indagação pela banca de concurso de Defensor Público, requerendo do candidato o conhecimento dos subprincípios que compõem o **princípio da proporcionalidade**.

(DPE-MG – FUNDEP/Gestão de Concursos - 2014 - Defensor Público) A respeito da prisão e medidas cautelares, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Segundo o código de processo penal, em caso de descumprimento de alguma medida cautelar, o juiz poderá substituí-la, impor outra em cumulação ou, em último caso, decretar a prisão preventiva.

(B) Segundo o código de processo penal, nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe a liberdade provisória, dispensando-o do pagamento da fiança, mas impondo-lhe outras obrigações previstas na lei processual, inclusive outras medidas cautelares, se for o caso.

(C) A aplicação das medidas cautelares pessoais previstas no código de processo penal não é regida pelo princípio da proporcionalidade.

(D) O juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida.

O gabarito indica a letra **(C)**, eis que pede que seja assinalada a resposta incorreta.

A proporcionalidade é princípio constitutivo do quadro da aplicação das regras jurídicas, notadamente quando a providência é restritiva a direito individual. Logo, é essencial à aplicação das medidas cautelares dosar a escolha, isolada ou cumulativa, à luz dos critérios de adequação e necessidade (arts. 282; 319, CPP).

Outrossim, aferindo o conhecimento de filosofia e de teoria do direito, a banca examinadora de concurso de defensor público cobrou conhecimentos dos marcos teóricos que são trazidos à baila neste capítulo para justificar a aplicação do direito processual penal. A resposta correta pode ser identificada por constatação direta ou por exclusão.

(DPE-MA - FCC - 2018 - Defensor Público) Sobre as correntes do pensamento jurídico, é correto afirmar que para o

(A) jusnaturalismo de Norberto Bobbio, só é válido o direito estatal, de modo que a justiça se identifica com a própria ordem jurídica positivada.

(B) tridimensionalismo jurídico de Carlos Cóssio, o direito se constitui pela união dialética dos elementos fato, valor e norma.

(C) marxismo de Evguiéni Pachukanis, há uma interdependência no capitalismo entre a forma mercadoria e a forma jurídica, o que o leva a propugnar a própria extinção do direito.

(D) normativismo de Ronald Dworkin, os princípios são regras jurídicas.

(E) egologismo existencial de Miguel Reale, há duas ordens jurídicas válidas, quais sejam a natural e a positiva.

A resposta correta é a letra **(C)**.

Enquanto o tridimensionalismo do direito como fato, valor e norma é de Miguel Reale, o egologismo designa a teoria egológica do direito de Carlos Cossio. De outro lado, Ronald Dworkin distingue princípios e regras como espécies de normas jurídicas e Norberto Bobbio é representante do positivismo jurídico (não do jusnaturalismo!).

De tal forma, somente uma afirmação não é inconsistente, que considera o direito em geral, inclusive o criminal, como instrumento de manutenção do *status quo* (econômico). Evguiéni Pachukanis, na senda crítica marxista, traça análise da teoria do direito para concluir que "as categorias jurídicas não têm outra significação além da sua significação ideológica".[4]

CAPÍTULO 4
NULIDADE CONFORME AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

4.16 Estratégia de resolução de questões

Em concurso para defensor público, foram exigidos, dos candidatos, conhecimentos de filosofia e teoria do direito abordados neste capítulo. Trecho da obra de Tercio Sampaio Ferraz Jr foi expressamente transcrito.

> **(DPE-SP - FCC - 2015 - Defensor Público) "A exigência de uma sistematização do Direito acabou por impor aos juristas a valorização do preceito legal no julgamento de fatos vitais decisivos. Daí surgiu, na França, já no século XIX, a poderosa** École de l'Exégèse, **de grande influência nos países em que o espírito napoleônico predominou, correspondendo, no mundo germânico, à doutrina dos pandectistas. A tarefa do jurista circunscreveu-se, a partir daí, cada vez mais à teorização e sistematização da experiência jurídica, em termos de uma**

4. PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. *Teoria geral do direito e marxismo*. Tradução: Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988. p.37;47;57.

unificação construtiva dos juízos normativos e do esclarecimento dos seus fundamentos (...)". No trecho acima, extraído de seu livro "A Ciência do Direito", Tércio Sampaio Ferraz Jr refere-se a características do

(A) Jusnaturalismo jurídico.

(B) Historicismo jurídico.

(C) Positivismo jurídico.

(D) Realismo jurídico.

(E) Neopositivismo jurídico.

A resposta correta é a letra **(C)**.

Note-se que a narrativa da questão fala em valorização do preceito legal, bem como na atividade unificadora e sistematizadora do jurista. São características próprias do positivismo jurídico.

Em outra questão de prova para provimento de cargos de defensor público, novamente são requeridos conhecimentos sobre a obra de Tercio Sampaio Ferraz Jr. O examinador deseja saber se o candidato consegue distinguir as camadas do pensamento **zetético**, problematizador.[5]

Quando se refere ao conceito puro, a questão indica alusão à **metafísica** (**razão pura**) e às causas primeiras do entendimento em torno de um objeto.

(DPE-SC - FEPESE - 2012 - Defensor Público) Tercio Sampaio Ferraz Jr analisa o fenômeno jurídico de maneira sistêmica. Para ele, a ciência do direito deve ser percebida como um pensamento tecnológico que dogmatiza os pontos de partida e problematiza a sua aplicabilidade na solução dos confitos. A ciência jurídica, por conseguinte, contém questões dogmáticas e

5. FERRAZ, JR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*: técnica, decisão, dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p.44-45.

zetéticas. Nesse sentido, quando Ferraz Jr afirma que o direito, como objeto, comporta a investigação filosófica, metodológica e lógica - formal das normas, ele entende que, "desse ponto de vista, o teórico se ocupa com os pressupostos últimos e condicionantes bem como com a crítica dos fundamentos formais e materiais do fenômeno jurídico e do seu conhecimento". Essa definição, encontrada no livro "Introdução ao estudo do direito", é classifcada pelo autor como:

(A) zetética analítica pura.

(B) zetética analítica aplicada.

(C) zetética empírica aplicada.

(D) zetética empírica analítica.

(E) zetética empírica pura.

A resposta correta é a letra **(A)**, pelas razões expostas acima.

CAPÍTULO 5

FORMALISMO NO PROCESSO PENAL

5.14 Estratégia de resolução de questões

Com o domínio dos conceitos de vigência e validade, é possível identificar a resposta correta de questão de concurso público que envolve as noções de tempo e de espaço. A seguinte foi selecionada do concurso para membro do MPF. O examinador exige que o candidato, para além do domínio do assunto contido nos arts. 2º e 3º, do CPP, esteja atento quando

da leitura do enunciado. A compreensão das assertivas é aspecto antecedente essencial à escolha da alternativa (juízo consequente).

(MPF – PGR - 2013 - Procurador da República) NO QUE DIZ RESPEITO ÀS LEIS PROCESSUAIS NO ESPAÇO E NO TEMPO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

I - O processo penal brasileiro estrutura-se a partir da Constituição da República, em normas internas, adotando também as normas previstas em tratados e convenções internacionais;

II - A jurisdição brasileira, em crimes previstos no Estatuto de Roma, deve aplicar o processo penal previsto naquele Estatuto;

III - Alterações nas normas processuais aplicam-se de imediato, desde a sua vigência, respeitando a validade dos atos realizados sob o império da legislação anterior, neles compreendidos os respectivos efeitos e consequências jurídicas;

IV - A supressão de uma modalidade de recurso implica violação ao princípio constitucional da ampla defesa.

Assinale a resposta correta:

(A) I, III e IV;

(B) III e IV;

(C) I e III;

(D) II e III.

A assertiva II está incorreta porque a jurisdição brasileira:

(1) embora se submeta ao Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º, CF; art. 1º, I, CPP), não ficará afastada unicamente com base no critério de previsão do

crime no Estatuto de Roma, sendo necessário *plus* que justifique a competência internacional, a exemplo da inércia dos órgãos judiciais internos;

(2) a jurisdição brasileira aplica, unicamente, direito nacional. A relação de pertença (**validade**) das disposições de direito internacional no âmbito interno pode se verificar se houver dispositivo na legislação brasileira que faça um regramento de direito internacional se inserir no direito interno, a exemplo do *exequatur* de sentenças estrangeiras (arts. 105, I; 109, X, CF), relativamente a normas individuais e concretas. Em suma, o órgão que deve aplicar o Estatuto de Roma é o Tribunal Penal Internacional, com sede em Haia.

Nem toda supressão de modalidade recursal implica violação ao contraditório e à ampla defesa. Foi, por exemplo, suprimido o protesto por novo júri sem afetação daquelas garantias, eis que não foi dada aplicação retroativa à modificação legislativa da época. A assertiva IV está incorreta porque generaliza e não especifica a **vigência**, enquanto lapso temporal de operatividade de uma norma jurídica. Se o prazo estiver fluindo quando da supressão de um recurso e a nova regra obstar a sua interposição ou tramitação, haverá, certamente, violação àquelas garantias (art. 5º, LV, CF).

As afirmativas I e III estão corretas. São derivadas do texto de direito positivo (arts. 1º, CPP; 2º, CPP).

Gabarito: letra **(C)**.

Na questão a seguir, requer-se leitura atenta para a percepção do contexto de cada enunciado. A banca deseja saber se o candidato tem domínio das nulidades, das atribuições do Ministério Público decorrentes do dever de velar pela ordem jurídica (art. 127, CF), bem como do teor literal do CPP sobre a revisão criminal (art. 623, CPP).

A simplicidade da questão é apenas aparente.

(MPDFT - 2011 - Promotor de Justiça) O Ministério Público, quando promove a ação penal pública, age como parte formal na relação jurídica processual, ao mesmo tempo em que mantém o dever de fiscalizar a correta aplicação da lei. No que tange à objetividade da intervenção do Ministério Público no processo penal, assinale o item incorreto:

(A) O Membro do Ministério Público pode arguir nulidade de ato praticado sem observância de formalidade que somente interessa à parte contrária.

(B) O Código de Processo Penal admite a legitimidade do Ministério Público para ajuizar Revisão Criminal em favor de condenado.

(C) Aplicam-se ao Membro do Ministério Público as mesmas causas de suspeição e de impedimento dos Juízes.

(D) O órgão do Ministério Público oficia na ação penal privada como *custos legis*, cabendo-lhe precipuamente zelar pela observância do princípio da indivisibilidade.

(E) O Ministério Público tem legitimidade para apelar contra a sentença condenatória que deixa de fixar valor mínimo para a reparação do dano causado pela infração penal.

A resposta que se deve assinalar é a afirmativa **incorreta**. Para tanto, é necessário identificar o ponto de vista adequado a cada uma das alternativas.

A letra (A) está correta porque o *Parquet* deve arguir nulidades que favoreçam não somente a acusação, mas também *pro reo*. É o que se depreende do feixe de atribuições que derivam do art. 127 da CF. Não é valioso punir sem respeito ao devido processo legal.

A letra (B) se reporta à previsão do CPP. Na doutrina, tem sido sustentada a possibilidade de revisão criminal ajuizada pelo Ministério Público. Todavia, o órgão ministerial não está

incluído no rol de legitimados do art. 623, do CPP, que preconiza que "a revisão poderá ser pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão". Logo, está **incorreta** a afirmativa (B) por afirmar algo não contemplado pelo Código.

Está correta a proposição (C), depreendida do art. 258, do CPP. Igualmente certas a letra (D), consoante previsão do art. 48, do Código, e a (E), à luz do mesmo CPP, porque se insere no conceito de sucumbência, malgrado questionável a legitimidade do MP para apelar na defesa de direitos disponíveis (art. 127, CF).Gabarito: letra **(B)**.

CAPÍTULO 6
CLASSIFICAÇÕES NO PROCESSO PENAL

6.12 Estratégia de resolução de questões

Para desenvolver uma cassificação, é preciso definir um critério para subdivir e ordenar um tema. O examinador do concurso de defensor público requereu do condidato conhecimentos classificatórios aplicados às decisões penais.

(DPE-RN - CESPE - 2015 - Defensor Público Substituto) No que se refere à classificação dos atos jurisdicionais, assinale a opção correta.

(A) O ato processual pelo qual o juiz recebe a denúncia tem natureza jurídica de despacho de mero expediente.

(B) O ato jurisdicional que, apreciando o mérito da ação penal, aplica medida de segurança ao acusado é qualificado como sentença absolutória própria.

(C) Sentença subjetivamente plúrima é aquela que provém de um órgão colegiado homogêneo, como é o caso dos tribunais de segundo grau de jurisdição.

(D) Sentenças simples são as proferidas por um órgão monocrático ou singular, como no caso das sentenças proferidas pelo juiz presidente do tribunal do júri.

(E) A decisão que põe termo à primeira fase do rito do tribunal do júri tem natureza de decisão definitiva *stricto sensu*.

A resposta correta é a letra **(C)**, correspondente à classificação das sentenças quanto ao órgão prolator (sujeito) e à sua composição (homogênea e plural). As demais assertivas estão incorretas porque usam termos que não se relacionam com a classe de ato jurisdicional. Por exemplo, a decisão de pronúncia é interlocutória mista não terminativa (não é decisão definitiva e, muito menos, *stricto sensu*), estando equivocada a assertiva (E).

Outra questão, também de concurso de defensor público, pretende constatar o conhecimento dos elementos que constituem a classificação acusatória de um sistema processual penal. A definição das notas conceituais de sistema permite delimitar cada uma das espécies.

(DPE-AL - CESPE - 2017 Defensor Público) No processo penal, as características do sistema acusatório incluem

I. clara distinção entre as atividades de acusar e julgar, iniciativa probatória exclusiva das partes e o juiz como terceiro imparcial e passivo na coleta da prova.

II. neutralidade do juiz, igualdade de oportunidades às partes no processo e repúdio à prova tarifada.

III. predominância da oralidade no processo, imparcialidade do juiz e supremacia da confissão do réu como meio de prova.

IV. celeridade do processo e busca da verdade real, o que faculta ao juiz determinar de ofício a produção de prova.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) I, III e IV.

(E) II, III e IV.

O item III afirma característica do sistema inquisitivo consistente na supremacia da confissão do réu. A busca da verdade real e a atuação probatória de ofício, igualmente, são próprias do sistema inquisitório (item IV). Logo, a resposta certa é a letra **(A)**.

CAPÍTULO 7
CLASSIFICAÇÃO DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO

7.15 Estratégia de resolução de questões

Conhecer o texto do direito positivo é estratégia importante para a escolha da opção correta de uma questão. Na descrita a seguir, de concurso de promotor de justiça, pretende-se aferir leitura da doutrina sobre o tema das nulidades, porém, com ênfase nas disposições dos arts. 563 a 573, do CPP.

(MPE-SP – 2005 - Promotor de Justiça) Assinale a alternativa incorreta.

(A) A nulidade relativa pode ser reconhecida pelo juiz, de ofício, a qualquer tempo do processo.

(B) A nulidade pode atingir todo o processo, desde o seu início, parte do processo ou apenas um ato, sem reflexo em qualquer outro.

(C) A nulidade relativa considera-se sanada pelo silêncio das partes, pela efetiva consecução do escopo visado pelo ato não obstante sua irregularidade e pela aceitação, ainda que tácita, dos efeitos do ato irregular.

(D) O princípio da instrumentalidade das formas não admite o reconhecimento da nulidade que não tenha influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

(E) Nos termos da Súmula 156 do Supremo Tribunal Federal, é absoluta a nulidade do julgamento, pelo Júri, por falta de quesito obrigatório.

Somente a alternativa **(A)**, resposta a ser dada à questão, está incorreta. Decerto, a nulidade relativa se submete a limites preclusivos mais rigorosos.

As demais estão corretas, mormente porque aderem ao direito positivo (pela ordem das afirmativas: arts. 573, 572; 566, CPP) e ao teor do enunciado sumular descrito na letra (E).

Em outro certame, de juiz de direito, a banca requereu o domínio de enunciados da Súmula, do STF. O conhecimento das súmulas é fundamental em razão de constituir diretriz interpretativa diante de divergências constatadas em julgados anteriores. Constitui fonte do direito.

(TJ-MG - CONSULPLAN - 2018 - Juiz de Direito Substituto) Sobre as nulidades no processo penal, analise as

afirmativas a seguir, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) O Juiz poderá, ao proferir sentença condenatória, aplicar a agravante da reincidência, ainda que ela não tenha sido descrita na denúncia, não configurando ofensa ao princípio da correlação.

( ) A ausência de quesito obrigatório nos julgamentos do Tribunal do Júri é causa de nulidade absoluta.

( ) A ausência de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia constitui mera irregularidade sanável pela nomeação de defensor dativo.

( ) A nulidade decorrente da citação, por edital, de réu preso só será verificada se o denunciado estiver custodiado no mesmo estado em que atuar o Juiz processante.

A sequência está correta em:

(A) V, V, F, V.

(B) F, V, F, F.

(C) F, F, V, V.

(D) V, F, V, F.

O gabarito correto é o de letra **(A)**.

Note-se, quanto à primeira afirmativa, que a agravante da reincidência se reporta a processo com condenação transitada em jugado, anteriormente ao fato objeto da segunda acusação. Na condenação posterior, aquele elemento se consitui **matéria de direito**, não sendo elemento nuclear ou circundante da segunda imputação. Por isso, não há nulidade por violação ao princípio da correlação entre petição inicial e sentença.

As assertivas subsequentes correspondem, nesta ordem, aos verbetes da Súmula, do STF, de nos 156, 707 e 351. É falsa, apenas, a penúltima afirmativa porque a intimação para a oferta de contrarrazões pelo denunciado, ao recurso do *Parquet* contra a decisão que rejeita a denúncia, impõe sua intimação pessoal.

CAPÍTULO 8
CLASSIFICAÇÃO DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

8.7 Estratégia de resolução de questões

Contornando a jurisprudência do STF, a banca do concurso público de juiz federal do TRF da 2ª Região cobrou conhecimentos sobre validade da instauração do inquérito policial e notícia do fato apócrifa.

(TRF - 2ª REGIÃO - 2017 - TRF - 2ª REGIÃO - Juiz Federal Substituto) Delegado da Polícia Federal recebe carta apócrifa, na qual é reportado esquema de fraude, consistente em produzir atestados falsos para obtenção, junto ao INSS, de benefícios de auxílio-doença. Após diligências preliminares destinadas a verificar a verossimilhança das informações da carta, o Delegado instaura inquérito policial para completa apuração dos fatos. Consideradas tal narrativa e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta:

(A) O inquérito deve ser trancado, pois é ilegal a sua instauração a partir de denúncia anônima.

(B) É legal a instauração de inquérito policial em virtude de denúncia anônima, desde que realizadas diligências preliminares para verificar a verossimilhança das informações.

(C) O inquérito deve ser trancado. No caso de denúncia anônima, a jurisprudência do STF assinala que o inquérito policial só pode ser instaurado com autorização judicial prévia.

(D) Em virtude da regra constitucional que veda o anonimato, a jurisprudência dos Tribunais Superiores aponta que o inquérito policial só pode ser formalmente instaurado após diligências prévias e após a autorização do juiz, que, em alguns casos, pode ser posterior.

(E) Independentemente da questão do anonimato, que depende de solução diversa das acima apontadas, o Delegado agiu de forma ilícita, pois é vedada a realização de diligências investigatórias antes da instauração formal de inquérito policial, já que subtrai da apreciação legal o eventual arquivamento das informações.

É indispensável fazer leitura atenta do enunciado. O ponto de vista exigido é o conhecimento da jurisprudência do STF (não a crítica doutrinária sobre o tema). A resposta, portanto, é a letra **(B)**.

Ao longo deste capítulo, foi apontado baixo controle, exercido pelos tribunais, sobre defeitos de atos processuais. O STJ, por exemplo, afirmou que "as irregularidades constantes da cadeia de custódia devem ser sopesadas pelo magistrado com todos os elementos produzidos na instrução, a fim de aferir se a prova é confiável".[6]

---

6. STJ – Sexta Turma – HC 653515/RJ – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – publicado em: 09 dez. 2021.

Essa proposição é uma contradição em seus próprios termos, porquanto a **confiabilidade** é juízo consequente que pressupõe higidez da cadeia de custódia da prova (juízo de fato, antecedente). O tema já foi objeto de indagação do examinador de concurso para defensor público. O candidato deve estar atento ao que se pede na questão:

(DPE-SP - FCC - 2015 - Defensor Público) Na defesa de um réu acusado da prática do crime de tráfico de drogas, a Defensora Pública, ao preparar os memoriais, identificou no laudo toxicológico – juntado na data de audiência – a menção ao fato de que a droga levada à perícia estava armazenada num saco transparente, fechado por grampos de papel, e com o lacre rompido. Em suas alegações, a Defensora deverá sustentar

(A) a ilegitimidade da prova por conta da quebra da cadeia de custódia.

(B) a rejeição da denúncia, já que ela não poderia ter sido recebida sem a juntada do laudo toxicológico.

(C) apenas a negativa de autoria, já que é pacifico que a prova testemunhal poderá suprir a deficiência da prova pericial.

(D) a necessidade de realização de nova perícia.

(E) a realização de corpo de delito indireto.

Gabarito: letra **(A)**.

CAPÍTULO 9
ELEMENTOS PARA UMA CLASSIFICAÇÃO DAS NULIDADES NO PROCESSO PENAL

9.27 Estratégia de resolução de questões

Banca do concurso público para membro do MPF cobrou conhecimento sobre o tema da vedação da *reformatio in pejus* indireta, objeto de análise neste capítulo. Para acertar a questão, a atenção deve estar voltada para a existência de recurso do Ministério Público contra a decisão absolutória.

(PGR - 2011 - Procurador da República) JOSUÉ SALVIA, SERVIDOR PÚBLICO, FOI CONDENADO A PENA DE 6 ANOS DE RECLUSÃO POR VIOLAÇÃO DO ARTIGO 317 DO CÓDIGO PENAL. RECORRE A DEFESA, PLEITEANDO A ABSOLVIÇÃO, E TAMBÉM O MINISTÉRIO PÚBLICO, REQUERENDO O RECONHECIMENTO DE CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE NÃO CONTEMPLADA NA SENTENÇA. O TRIBUNAL, AO EXAMINAR OS RECURSOS, DECIDE, *EX OFFICIO*, PELA NULIDADE ABSOLUTA DA SENTENÇA, DECORRENTE DE INSUFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO. RETORNANDO OS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, A NOVA SENTENÇA, SE CONDENATÓRIA:

(A) deverá ater-se ao limite de 06 anos imposto na primeira sentença, em virtude do principio da *non reformatio in pejus* expresso no art. 617 do CPP.

(B) deverá ater-se ao limite de 06 anos imposto na primeira sentença, em virtude do principio da *non reformatio in pejus* consagrado em matéria sumulada pelo STF interpretado extensivamente.

(C) não poderá ultrapassar o limite de 06 anos, o que somente seria possível se a nulidade, reconhecida decorresse de incompetência absoluta.

(D) nenhuma das respostas acima.

A resposta é a letra **(D)**, pois, em virtude da interposição de recurso ministerial contra a decisão absolutória, o segundo julgamento poderá ultrapassar o limite de seis anos, se reconhecida a agravante averbada no recurso e não contemplada na primeira sentença.

Em outro certame, foram exigidos, do candidato ao cargo de juiz de direito, conhecimentos de hermenêutica filosófica, com menção à cláusula da reserva do possível em uma das alternativas da questão. O uso desse argumento tende a negar direitos fundamentais, como analisado em tópico deste capítulo.

(TJ-SP - VUNESP - 2017 - Juiz Substituto) Considere a reflexão de Lenio Luiz Streck: "A compreensão do (novo) papel a ser desempenhado pela jurisdição constitucional no Estado Democrático de Direito implica uma ruptura paradigmática. Com efeito, a crise que fustiga o Direito – que, sem dúvida, causa (ou deveria causar) o mal-estar na comunidade jurídica preocupada com o Direito enquanto fator de transformação social – está obnubilada por um imaginário dogmático que continua refém de um sentido comum teórico, no interior do qual o ser da Constituição (compreendida no seu papel constituidor, dirigente e compromissário) se apaga. Daí que a ausência de função social do Direito, e, portanto, a sua (não) inserção no horizonte de sentido proporcionado pelo Estado Democrático de Direito, compreendido, a partir das condições de possibilidades de sua existência e, desse modo, a partir das possibilidades do intérprete ser-no-mundo e ser-com-os-outros, perde-se em meio a uma 'baixa constitucionalidade' composta por discurso jurídico alienado da condição histórica da sociedade brasileira." Segundo essa reflexão,

(A) há uma crise no interior da dogmática jurídica e da hermenêutica constitucional, que só pode ser superada por uma filosofia da consciência, de modo a tornar o intérprete imparcial, para que se possa, utilizando-se de procedimentos e métodos lógicos formais, alcançar o real sentido das normas constitucionais.

(B) a superação da crise do paradigma liberal individualista no plano da interpretação constitucional implica a necessidade de utilização de uma hermenêutica de bloqueio, que deve trazer como consequência uma racionalidade na eficácia dos dispositivos constitucionais, no tocante aos direitos fundamentais sociais, em face da finitude dos recursos econômicos (reserva do possível).

(C) a hermenêutica deve dotar o intérprete de instrumentos racionais que possam colocá-lo numa perspectiva reflexiva – para além das contradições do mundo real –, de modo a que possa alcançar a exata compreensão dos fenômenos e sentidos objetivados pela constituição.

(D) a tarefa proposta é a insurgência contra uma hermenêutica que opera a partir de um paradigma liberal individualista e de um eixo metodológico invertido, num horizonte reducionista e que impede que o novo – o sentido da Constituição que aponta para o resgate das promessas de modernidade – venha à tona ou, em outros termos, opera-se um bloqueio das possibilidades de transformação da realidade pelo Direito e pela Constituição.

Mais uma vez, o que se espera do candidato é a interpretação adequada do enunciado da questão, isto é, o que se deve inferir das reflexões do jurista citado. Fundamental a leitura atenta de todas as assertivas para deduzir a resposta certa.

Lênio Luiz Streck é um crítico da filosofia da consciência, ou seja, refuta a ideia do ser-em-si-do-pensamento-pensante, razão pela qual a letra (A) pode ser descartada de plano. A **reserva do possível** é incompatível com a eficácia das garantias fundamentais, subordinando o direito à economia, sendo, portanto, falsa a afirmativa (B). A hermenêutica filosófica tem parca aderência ao paradigma racionalista, sendo inconsistente a proposição (C).

A resposta certa é a letra **(D)**.

A crítica de Lênio Luíz Streck propõe hermenêutica de ampliação da percepção e maior eficácia dos direitos fundamentais. Nessa toada, insurge-se contra os métodos clássicos de interpretação.[7]

CAPÍTULO 10
REGRAS DE CALIBRAÇÃO NO PROCESSO PENAL

10.14 Estratégia de resolução de questões

O conhecimento sobre os sistemas processuais, em especial ao chamado acusatório puro ou adversarial (*adversarial system*), é frequentemente objeto de aferição em concursos públicos. O ponto foi inserido na prova objetiva para o cargo de juiz federal da 4ª Região.

7. STRECK, Lenio Luiz. *Jurisdição constitucional e hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p.39-40.

A forma de encontrar a resposta correta pode adotar metodologia sistemática, permeada pela noção de equilíbrio no âmbito pragmático (função). As afirmativas envolvem assuntos de diversos, sendo indispensável atenção quanto à resposta esperada de acordo com o ponto de vista adotado por cada proposição, em cotejo com a letra do CPP e com a jurisprudência.

(TRF - 4ª REGIÃO - 2016 - Juiz Federal Substituto) Assinale a alternativa correta.

(A) De acordo com o Código de Processo Penal, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, proferir decisão fundamentada determinando que, em caráter excepcional, o interrogatório do réu preso seja feito por sistema de videoconferência ou por outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que tal medida seja necessária para atender a uma das finalidades especificamente previstas no referido diploma legal.

(B) Na audiência criminal, as perguntas às testemunhas são feitas diretamente pela acusação e pela defesa e, por força do princípio acusatório, o juiz não pode complementar a inquirição.

(C) Em nosso sistema processual penal, que segue o sistema acusatório puro, não pode o juiz determinar de ofício a produção de quaisquer provas.

(D) Prevalece no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o princípio da indivisibilidade da ação penal também se aplica às ações penais públicas.

(E) Da decisão do juiz singular que julgar procedente a exceção de suspeição, cabe recurso em sentido estrito; da sentença que pronunciar o réu, cabe apelação.

A letra **(A)** é a resposta certa. Trata-se de texto expresso do CPP (art. 185, § 2º).

Apesar dessa constatação, é importante checar o conteúdo das demais alternativas. Como são possíveis vários pontos de vista, não raramente é preciso identificar a resposta com maior grau de correção lógica e, inversamente, a que tem menor equivocidade.

Destarte, a proposição (B) confronta o parágrafo único, do art. 212, do CPP. A letra (C) é falsa, pois o sistema adversarial (acusatório puro, com maiores poderes do promotor público para transigir) não é sufragado pela Constituição. Nesta, está contemplada estrutura acusatória. A letra (D) também está incorreta porque o STF entende pela possibilidade de divisão da ação penal pública, admitindo, contudo, aditamentos. A assertiva (E) colide com a letra do art. 581, inciso III, do CPP.

Em concurso para o cargo de defensor público, foi exigido conhecimento do pensamento sistemático e da teoria da norma jurídica, tomando Hans Kelsen como referencial teórico. O acerto na resposta impõe atenção e raciocínio lógico ao candidato.

(DPE-PR - FCC - 2017 - Defensor Público) Segundo Hans Kelsen, em sua obra Teoria Pura do Direito,

(A) o fundamento de validade de um ordenamento jurídico é tido como sua norma fundamental, a qual deve ser posta por uma autoridade a ela pressuposta.

(B) um sistema de normas cujo fundamento de validade e conteúdo de validade são deduzidos de uma norma pressuposta é um sistema dinâmico de normas.

(C) a interpretação autêntica feita por um órgão aplicador do Direito, sempre é criadora do Direito mesmo quando cria uma norma individual a um único caso.

(D) o propósito único e exclusivo da Teoria Pura do Direito é responder à questão: “o que é e como deve ser

> um Direito legítimo?" E sendo possível relacionar o conteúdo da norma moral com o da norma jurídica, pode haver hipóteses de aplicação em que uma norma jurídica seja, necessariamente, moral.

Este livro tem, em Kelsen, um dos referenciais para a organização e interpretação do direito processual penal. Neste capítulo, a ênfase é no discurso jurídico (pragmática), âmbito comunicativo para a construção de normas individuais e concretas, que são inseridas na sentença pelo juiz (órgão autêntico), produzindo direito novo.

A resposta certa, portanto, é a alternativa (C).

A letra (A) é falsa porque a norma fundamental é pressuposta e, logicamente, não é posta por nenhuma outra fonte, seja de produção (autoridade) ou de conhecimento (diploma normativo). O sistema aludido na proposição (B) é estático. A teoria kelseniana não insere elementos morais no âmbito jurídico, sendo puramente normativa, sendo também equivocada a afirmativa (D).

CAPÍTULO 11
PRINCÍPIOS INFORMADORES DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS

11.22 Estratégia de resolução de questões

O domínio sobre princípios processuais penais e sua característica explícita ou implícita foi cerne de questão de concurso para o cargo de juiz de direito. O enunciado partiu do conceito de dignidade da pessoa humana.

(VUNESP - TJ-RJ - 2013 – Juiz) A doutrina é unânime ao apontar que os princípios constitucionais, em especial os relacionados ao processo penal, além de revelar o modelo de Estado escolhido pelos cidadãos, servem como meios de proteção da dignidade humana. Referidos princípios podem se apresentar de forma explícita ou implícita, sem diferença quanto ao grau de importância. São princípios constitucionais explícitos:

(A) juiz natural, vedação das provas ilícitas e promotor natural.

(B) devido processo legal, contraditório e duplo grau de jurisdição.

(C) ampla defesa, estado de inocência e verdade real.

(D) contraditório, juiz natural e soberania dos veredictos do Júri.

A resposta certa é a letra **(D)**.

Não é princípio constitucional a verdade real (art. 566, CPP). Não são explícitos os princípios do promotor natural e do duplo grau de jurisdição.

Em certame para juiz de direito, mais uma vez é exigida percepção do ponto de vista **legislativo** e **jurisprudencial**, tal como segue.

(TJ-RS - OFFICIUM - 2012 – Juiz) Relativamente às nulidades processuais, considere as assertivas abaixo.

I - Vigora o princípio geral de que, inexistindo prejuízo, não se proclama a nulidade de ato processual, inobstante produzido em desconformidade com as formalidades legais.

II - Para o réu sem procurador constituído e não lhe tendo sido nomeado defensor para defesa em audiência, a nulidade se impõe, exceto na hipótese de interpretação favorável a ele.

III - Conforme determina o art. 212 do Código de Processo Penal, as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha. Não observado esse sistema, impõe-se a declaração de nulidade, desde que demonstrado o prejuízo.

Quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas III

(D) Apenas I e II

(E) I, II e III

Note-se que sob a lente de dogmática rigorosa ou da crítica doutrinária, o gabarito seria outro. O candidato atento, no entanto, constatará que os vocábulos não foram empregados com precisão pela comissão examinadora, inferindo-se daí o que se pode esperar como resposta.

Sob essa ótica, todas as afirmativas estariam corretas. Gabarito: letra **(E)**.

CAPÍTULO 12

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

12.21 Estratégia de resolução de questões

Em concurso público para juiz federal, foi requerido do candidato conhecimento sobre nulidades em temática que envolve direito probatório e procedimentos. A ênfase é no conhecimento da legislação.

(TRF 2ª Região - 2017 - Juiz Federal Substituto) Analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a opção correta.

I - Oferecida a denúncia ou queixa, o juiz deverá citar o réu para a apresentação de resposta escrita em dez dias. Após tal manifestação da defesa, o juiz proferirá decisão de recebimento ou de rejeição da denúncia ou queixa apresentada.

II - O réu preso só deve ser interrogado por videoconferência quando presentes razões excepcionais previstas no Código de Processo Penal, devendo ser garantido, durante o ato, o acesso a canais telefônicos reservados para comunicação entre o defensor que esteja no presídio e o advogado presente na sala de audiência do fórum, e entre este e o preso.

III - Se o réu, citado pessoalmente, não apresentar a resposta no prazo legal, o juiz decretará sua revelia e proferirá decisão de saneamento do processo. A petição de resposta escrita não é termo essencial do processo e sua falta não enseja nulidade.

(A) Apenas a assertiva I está correta.

(B) Apenas a assertiva II está correta.

(C) Apenas a assertiva III está correta.

(D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

(E) Todas as assertivas são falsas.

A única afirmação correta é a "II", inferido do § 5º, do art. 185, do CPP. A assertiva "I" está em desacordo com o art. 396, do CPP, que prevê recebimento da inicial anterior à citação. A resposta prevista no art. 396-A, do mesmo Código, é essencial.

Gabarito: opção **(B)**.

Não raramente, o examinador exige conhecimento da jurisprudência, do STF e do STJ. Quando o assunto é nulidade, a atenção deve ser redobrada, em face da oscilação jurisprudencial, bem como da resistência forense em reconhecê-la, com

base no *pas de nullité sans grief*. A essa refração ao controle dos atos defeituosos pelos tribunais, deu-se o nome de **relativização das nulidades processuais penais**, com a incidência generalizada do art. 563, do CPP, a todas as espécies de vícios.

A questão a seguir é de concurso para a magistratura estadual.

(TJ-MG – FUNDEP/Gestão de Concursos - 2014 - Juiz de Direito Substituto) No que se refere às nulidades no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada, mediante a ratificação dos atos processuais, impondo-se a renovação dos atos processuais praticados pelo representante ilegítimo.

(B) A falta ou nulidade da citação do acusado fica sanada quando ele comparece em juízo antes da consumação do ato, mesmo que declare que o faz para o único fim de suscitar tal nulidade.

(C) Conforme entendimento jurisprudencial majoritário, a nulidade pertinente ao conteúdo dos debates no Tribunal do Júri, prevista no art. 478 do CPP, é relativa, fazendo-se necessário, para a sua configuração, a demonstração da ocorrência de prejuízo.

(D) A prova declarada inadmissível deve ser desentranhada e inutilizada, após preclusão da decisão respectiva, podendo as partes acompanharem o incidente.

Opção certa: **(A)**. Veja-se que a questão pede que seja assinalada a afirmativa incorreta e justamente a primeira das proposições diz o oposto ao gizado no art. 568, do CPP. O critério para a escolha da resposta é o legislativo. As demais opções são verdadeiras, consoante o ponto de vista explicitado em cada enunciado.

CAPÍTULO 13
PLANO SEMÂNTICO DAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS

13.11 Estratégia de resolução de questões

Em concurso público para defensor público, foi requestado conhecimento sobre as dimensões dos direitos fundamentais. Não há perfeito consenso doutrinário sobre os direitos que estão inseridos em cada geração ou acerca de quantas gerações seriam possíveis para acomodar todas as expectativas futuras.

Por outro lado, é cediço que o processo penal se inclui nos direitos de primeira dimensão, cuja tutela é a da liberdade, com interseção do direito de resistência do imputado. Porém, ao Estado se impõem deveres de abstenção de agir ilegalmente e de prestação de tutela jurisdicional.

Essas premissas são fundamentais à resolução da questão.

(DPE-AM - FCC - 2018 - Defensor Público) A respeito da teoria das gerações ou dimensões de Direitos Humanos, considere:

I. A adoção do conceito de gerações de Direitos Humanos é consensual na doutrina brasileira.

II. Os Direitos Humanos de segunda geração ou dimensão estão relacionados à ideia de solidariedade ou fraternidade, da mesma forma como os direitos de primeira geração ou dimensão estão amparados na ideia de liberdade.

III. Os Direitos Humanos de primeira geração ou dimensão, por se tratarem de direitos de defesa, não acarretam

qualquer atuação prestacional do Estado em relação à efetivação dos mesmos.

IV. Os Direitos Humanos de segunda geração ou dimensão, dada a sua natureza prestacional, exigem uma atuação positiva do Estado para a sua efetivação.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.

(B) I, II e III.

(C) II, III e IV.

(D) IV.

(E) II.

Resposta correta: opção **(D)**.

Outra questão, também de concurso público para o cargo de defensor público, requer que o candidato delimite a **semântica** do postulado da **presunção de inocência**, mediante o uso da expressão correlata de **presunção de não culpabilidade**. Há debate em torno da diferença de sentido dessas expressões, embora sejam compreendidas como equivalentes.

Esses contornos são relevantes para identificar a resposta correta, ainda que não seja consultado o texto do diploma normativo internacional referido na questão.

(DPE-BA - FCC - 2016 - Defensor Público) Segundo o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, qualquer pessoa acusada de infração penal goza de presunção de inocência até que a sua culpabilidade tenha sido legalmente estabelecida, tendo direito, pelo menos, às seguintes garantias:

I. Ser prontamente informada, numa língua que ela compreenda, de modo detalhado, acerca da natureza e dos motivos da acusação apresentada contra ela.

II. Ser julgada em no máximo um ano.

III. Fazer-se assistir de um intérprete, se não compreender ou não falar a língua utilizada no tribunal.

IV. Comunicar com um advogado da sua escolha e dispor do tempo, no mínimo dez dias, para a preparação da defesa.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.

(B) I e II.

(C) II e III.

(D) III e IV.

(E) II e IV.

Resposta correta: opção (A).

CAPÍTULO 14
PLANO SINTÁTICO DAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS

14.15 Estratégia de resolução de questões

O uso de vocábulos e expressões, inclusive que não são do domínio do vernáculo, com o objetivo de retratar um fenômeno jurídico, é uma das variáveis que pode ser enfrentada em um certame. Dessa vez, o assunto foi inquirido aos candidatos ao cargo de defensor público.

Caso não tenha visto a expressão em algum estudo, não sejam conhecidos os termos ou não se tenha o domínio completo da língua estrangeira, o cotejo com as demais alternativas do enunciado ou a tradução livre pode ser fundamental à resolução da questão.

(DPE-BA Prova: FCC – 2021 - Defensor Público) A Polícia Civil de determinado estado abriu investigação acerca do tráfico de drogas em uma comunidade, inclusive com a utilização de fuzis e outras armas de grande potencial lesivo. Diante da dificuldade em obter a individualização dos supostos traficantes, bem como o local da guarda dos entorpecentes e armas, haja vista a utilização da residência de diversos moradores para tal função, a autoridade policial requereu ao juiz a expedição de um mandado de busca e apreensão coletivo, a permitir o ingresso em qualquer residência da comunidade, bem como a apreensão de objetos ligados ao tráfico de drogas, tais como celulares e planilhas. A essa modalidade ilícita e ilegal de obtenção de provas, dá-se o nome de

(A) serendipidade de segundo grau.

(B) *fishing expedition*.

(C) serendipidade de primeiro grau.

(D) vigilância policial motivada.

(E) ação controlada.

Serendipidade significa encontro fortuito de provas, que se classifica conforme haja conexão ou relação de desdobramento com o objeto das investigações (*serendipty* de primeiro grau) ou quando inexistente aquele liame, com indicativo de descoberta causal de delito autônomo (*serendipty* de segundo grau). Vigilância policial e ação controlada, relacionados ao flagrante postergado, não se acomodam à resposta esperada.

Logo, a assertiva correta é a opção **(B)**.

A *fishing expedition* (ou pescaria probatória[8]) foi objeto de análise acima, enquanto exemplo de prática proibida (modal deôntico de **vedação**).

Outra questão que envolve a dinâmica de produção normativa, no plano individual e concreto, teve lugar em concurso público de juiz de direito.

> **(TJ-SP - VUNESP - 2021 - Juiz Substituto) Não prevalece de forma absoluta, no processo penal, o princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, razão pela qual, de forma dominante na jurisprudência, o tribunal não fica impedido de reformar a decisão em decorrência da análise plena do julgado, mesmo constatado recurso exclusivo da acusação, desde que verificado e fundamentado equívoco nela apontado, e que beneficie o réu, o que é feito por força do art. 617 do CPP, a contrario sensu, que permite concluir ser vedada somente a *reformatio in pejus* e não a *reformatio in mellius*. A exceção a essa regra, por decisão de entendimento consolidado pela Corte Suprema, diz respeito**
>
> (A) às apelações contra as decisões definitivas, se interpostas por acusação e defesa, sobre a mesma questão.
>
> (B) às apelações contra as decisões do Júri.
>
> (C) aos recursos interpostos pela acusação e pelos quais se questiona a classificação jurídica do fato reconhecido como crime.
>
> (D) aos recursos interpostos de forma parcial pela defesa, conforme autoriza o art. 593 do Código de Processo Penal.

Resposta letra **(B)**, conforme o estudado no neste capítulo.

---

8. ROSA, Alexandre Morais da. *Guia do processo penal conforme a teoria dos jogos*. 6. ed. Florianópolis: EMais, 2020. p.675.

CAPÍTULO 15
PLANO PRAGMÁTICO DAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS

15.18 Estratégia de resolução de questões

A juntada do laudo toxicológico definitivo, consoante prevê a Lei nº 11.343/2006, foi tema de interesse do concurso para juiz federal do TRF da 4ª Região. A comissão examinadora pedira o que deve ser segundo o ordenamento jurídico, valendo a crítica desenvolvida neste capítulo acerca de decisões judiciais *contra legem*.

O contexto de cada assertiva deve ser identificado. A referibilidade de correção pode ser conforme a legislação, doutrina ou jurisprudência. Em seguida, o candidato deve fazer o cotejo com as opções disponíveis.

(TRF - 4ª REGIÃO - 2009 - TRF - 4ª REGIÃO - Juiz Federal) Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. A condenação pelo crime de tráfico de entorpecentes exige o laudo definitivo do material tóxico, que pode ser trazido até a sentença, respeitado o contraditório.

II. O consumo pessoal de drogas, sem autorização legal ou regulamentar, é punido com advertência, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa.

III. Pune a Lei de Entorpecentes a mera colaboração como informante da organização de tráfico.

IV. O crime de tráfico, segundo a Lei nº 11.343/06, é inafiançável e insuscetível de graça, indulto, anistia e

liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos, embora permitido o *sursis* e a unificação de penas.

(A) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

(B) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

(C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

(D) Estão corretas todas as assertivas.

Resposta: letra **(B)**.

Em prova para o cargo de promotor de justiça, foram cobrados conceitos filosóficos e de teoria do direito, que se inserem no âmbito da pragmática das normas processuais penais. Pragmática expressa o sentido de função na órbita do sistema comunicativo (normativo).

(MPE-PR - 2014 – Promotor) Assinale a alternativa incorreta:

(A) Aporia é a convergência entre opiniões provenientes de várias argumentações, todas igualmente concludentes em resposta a uma mesma questão que será considerada verdade, dada a uniformidade das ilações produzidas;

(B) Ética é o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto;

(C) Deontologia é o estudo ou tratado dos deveres ou das regras de natureza ética;

(D) Silogismo é a dedução formal tal que, postas duas proposições, chamadas premissas, delas se tira uma terceira, nelas logicamente implicada, chamada conclusão;

(E) Zetética é o conjunto de preceitos para resolver um problema ou investigar a razão de uma coisa.

A alternativa a ser assinalada é a letra **(A)**, eis que a questão pede a afirmativa incorreta. Aporia é o inverso de convergência ou consenso em torno de um conteúdo ou pensamento. É a ausência de saída para uma dúvida, similar a um paradoxo.

As demais assertivas estão corretas. A ética se situa em permeio à moral e ao direito positivo, âmbito onde ingressa a retórica, o procedimentalismo e as teorias da argumentação. A deontologia diz respeito ao estudo da conduta no campo ético. O silogismo se relaciona com o argumento verdadeiro, bem formulado, a partir de premissas rigorosas. E a zetética tem percurso inverso ao da dogmática. Enquanto esta última identifica pontos comuns, por meio de observação de segunda ordem, a zetética pressupõe problematização dos pontos conhecidos, com o propósito de revelar o que não está evidente.

CAPÍTULO 16
TEORIA DA NORMA JURÍDICA NO PROCESSO PENAL

16.18 Estratégia de resolução de questões

A concretização normativa da garantia à razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CF) foi objeto de indagação do examinador de concurso público para o cargo de defensor público. A relação entre o enunciado constitucional e as regras do CPP é útil para identificar a resposta correta, à luz da teoria da norma jurídica, sem necessidade do uso de método de memorização (mnemônico).

(DPE-GO Prova: INSTITUTO CIDADES – 2010 - Defensor Público) Em relação ao princípio da celeridade e razoável duração do processo, o Brasil adotou o critério

(A) da fixação de prazo determinado para o término do processo penal, prevendo consequências materiais para o descumprimento.

(B) do não prazo, possibilitando a flexibilizaçao justificada da duração do processo de acordo com a complexidade do caso, número de acusados, número de testemunhas, número de vítimas, testemunhas residentes em outras localidades, entre outros.

(C) da fixação do prazo certo para o processo tramitar, atribuindo consequências aos sujeitos processuais pelo descumprimento do tempo ideal fixado pela lei.

(D) do não prazo, possibilitando a flexibilização discricionária do tempo do processo, sem consequências paras os sujeitos processuais pelo descumprimento do razoável.

(E) do prazo certo, seguindo o modelo paraguaio de atribuir consequências materiais ao descumprimento, como a extinção da punibilidade e arquivamento do processo.

Ideal seria que o legislador dispusesse sobre um tempo máximo de duração do processo penal, com a previsão de consequência jurídica *favor rei*. Há o instituto da prescrição (art. 109, CP), que não atende à cláusula constitucional de um tempo não excessivo.

Pelo teor do direito positivo, a resposta será pela aplicação da **teoria do não prazo**. A letra (D) está incorreta, eis que existem consequências jurídicas para o excesso prazal, a exemplo do relaxamento da prisão.

Logo, a alternativa a ser assinalada é a letra **(B)**, considerando, inclusive, a jurisprudência sobre o tema.

Também em certame para defensor público foram cobrados conhecimentos sobre a teoria da norma jurídica, a partir de Norberto Bobbio. No entanto, o candidato há de notar que é possível resolver a questão à luz de outros teóricos de ponta, como Tercio Sampaio Ferraz Jr. É fulcral atentar para as relações intranormativas (antecedente e consequente de uma só norma) e internormativas (teia horizontal ou oblíqua entre mais de uma norma).

(DPE-AM - FCC - 2018 - Defensor Público) De acordo com as análises de Norberto Bobbio acerca das normas sem sanção, na obra Teoria da norma jurídica, a sanção

(A) não tem relação com a validade e nem com a eficácia da norma.

(B) tem relação com a validade, com a eficácia, mas não com a execução da norma.

(C) tem relação não com a eficácia, mas com a validade da norma.

(D) tem relação com a validade, com a eficácia e com a execução da norma.

(E) tem relação não com a validade, mas com a eficácia da norma.

Cabe sublinhar que a hipótese do enunciado da questão é de norma sem sanção, ou seja, o problema a saber está situado em uma relação de antecedente-consequente de uma mesma norma jurídica.

É relevante saber isso porque o déficit não será de imperatividade (contradição entre consequentes de normas jurídicas diversas), nem de validade (contradição entre antecedente e consequente de uma mesma norma jurídica ou de outra de nível maior).

Trata-se de **déficit de efetividade** porque a ausência de consequente de uma norma causa, diagonalmente (retrato

oblíquo da tessitura normativa), uma inconsistência sistemática, máxime quando comparada com as demais normas jurídicas que possuem configuração normal (antecedente--consequente). A ausência de sanção, portanto, repercute na eficácia, mas não na validade, nem na execução.

Resposta: letra **(E)**.

CAPÍTULO 17
PRODUÇÃO NORMATIVA E CONTROLE DOS ATOS PROCESSUAIS PENAIS

17.16 Estratégia de resolução de questões

Em concurso público para membro do MPF, foi exigido conhecimento sobre realismo jurídico, bem como sobre a jurisprudência dos interesses, corrente derivada do positivismo jurídico com o ingrediente finalístico. O enunciado também requereu leitura de Hans Kelsen.

(PGR - 2017 - Procurador da República) DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO, ESTÃO CORRETOS:

I – A "jurisprudência dos interesses", de Philip Heck, é uma teoria de interpretação do direito que supera o positivismo, buscando a proteção dos interesses materiais subjacentes à norma.

II – De acordo com Kelsen, a norma jurídica constitui uma espécie de "moldura", onde convivem diversos conteúdos, de acordo com a diversidade das interpretações possíveis.

III – Para o realismo jurídico, a interpretação do direito é um ato de criação judicial, impregnado de conteúdo político.

IV – Para diversas correntes que sustentam a aproximação entre a interpretação constitucional e a argumentação moral, os direitos fundamentais passam a gozar de uma eficácia irradiante, que os transforma em vetores na interpretação do ordenamento infraconstitucional.

(A) todos estão corretos

(B) I, II e IV

(C) I, III e IV

(D) II, III e IV

A única assertiva incorreta é a "I". Além da leitura do autor, nota-se que há uma contradição nesse enunciado quando fala, de um lado, que houve superação do positivismo e, de outro, quando toma como ponto de partida a norma jurídica, conquanto agregada pelo elemento teleológico. As demais afirmativas estão corretas.

Resposta: **(D)**.

Nem sempre o enunciado da questão é preciso na utilização dos termos. Para uma resolução otimizada, o candidato precisará identificar as ambiguidades. Se houver ao menos uma afirmativa com sentido bem delimitado, ela deverá ser o ponto de partida para exclusão de uma ou mais alternativas. Veja-se a necessidade de leitura atenta, como antecedente crucial à resposta certa. A questão a seguir é de concurso público para promotor de justiça.

(MPE-BA - CEFETBAHIA - 2018 - Promotor de Justiça Substituto) Em relação ao tema nulidades em Processo Penal, analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

( ) A falta ou a nulidade da citação são insanáveis.

( ) Segundo o princípio do interesse, nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa ou para a qual tenha concorrido.

( ) A legislação pátria prevê as hipóteses de foro por prerrogativa de função tanto nas ações penais quanto nas ações civis públicas por ato de improbidade administrativa, e a inobservância das regras implica nulidade absoluta.

( ) Tanto a falta da defesa quanto a sua deficiência constituem nulidade absoluta, pois em ambos os casos há presunção de prejuízo para o réu.

( ) Segundo o princípio da causalidade, nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

(A) V F F V F

(B) V V V F F

(C) F V F V F

(D) F F V V V

(E) F V F F V

Para identificar a resposta certa, será importante conhecer o teor do enunciado nº 523, da Súmula, do STF, expresso ao distinguir que "no processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu". Logo, a penúltima assertiva é falsa.

Dessa verificação, sobejam como possíveis respostas as alternativas (B) e (E). A segunda afirmativa é verdadeira naquelas duas opções.

Decerto, na segunda assertiva, consta que, "segundo o princípio do interesse, nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja **dado causa** ou para a qual tenha concorrido". Há uma dubiedade nessa oração, eis que retrata o **princípio da causalidade**. No entanto, na afirmativa, falta o complemento legal do art. 566 do CPP, que preconiza ser vedada a declaração da nulidade de ato processual que **não houver influído** na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa (**princípios do interesse** e **da verdade real**).

A questão confunde princípio do prejuízo (art. 563, CPP), com princípio da causalidade (arts. 566, 573, CPP) na última assertiva, o que poderia ensejar juízo falso sobre esta. No entanto, o gabarito oficial considerou ser verdadeira essa proposição.

Outrossim, inferindo-se que o examinador considerou a literalidade do disposto no art. 570, do CPP, como forma sanatória da citação (embora seja, rigorosamente, substituição pelo fato processual de comparecimento), o candidato deve optar, com maior margem de acerto, pela falsidade da primeira assertiva, considerando ser sanável a falta ou vício de citação do réu.

Gabarito: **(E)**.

CAPÍTULO 18
PRAGMÁTICA DAS NULIDADES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

18.14 Estratégia de resolução de questões

O tema das nulidades é de cobrança recorrente nos concursos públicos. Em certame para juiz, o objeto de indagação

foi a literalidade da lei processual penal (arts. 563; 564, I a IV; 566; 573, § 1º, CPP).

(TJ-PR - 2011 – Juiz) Sobre nulidades no processo penal, aponte se as assertivas são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a única alternativa CORRETA:

( ) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

( ) A nulidade ocorrerá por incompetência, suspeição ou suborno do juiz; por ilegitimidade de parte; por falta das fórmulas ou dos termos que a lei estabelece; por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.

( ) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

( ) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência; neste caso, o juiz que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

(A) V, V, V, F

(B) V, V, V, V

(C) F, V, F, V

(D) F, F, F, F

Opção certa: letra **(B)**.

Outra questão, igualmente, pede domínio da literalidade do CPP, em concurso para promotor de justiça:

(MPE-SP - 2012 - Promotor de Justiça) Considerando a disciplina das nulidades processuais, contida no Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

(A) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, independentemente da ratificação dos atos processuais.

(B) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

(C) Os atos, cuja nulidade não tiver sido sanada, serão renovados ou retificados.

(D) É causa de nulidade a falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.

(E) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumar-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la.

O enunciado solicita saber a afirmativa falsa.

Gabarito: **(A)**, eis que esta assertiva destoa do art. 568, do CPP.

As demais estão conforme os dispositivos seguintes, do Código: (B) – art. 563; (C) – art. 573, *caput*; (D) – art. 564, III, "n"; e (E) – art. 570.

CAPÍTULO 19
PRAGMÁTICA DAS NULIDADES NA JURISPRUDÊNCIA

19.23 Estratégia de resolução de questões

Em concurso para juiz de direito, o tema das nulidades foi trazido à baila, requerendo conhecimento da legislação e

da jurisprudência sedimentada no STF, conforme análise descrita neste capítulo.

(TJ-PA – CESPE/CEBRASPE - 2019 - Juiz de Direito Substituto). Acerca de nulidades no processo penal, julgue os itens a seguir.

I. É relativa a nulidade do julgamento pelo júri quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.

II. É válida a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia e não resuma os fatos em que se baseia.

III. Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.

IV. É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção, independentemente de prejuízo às partes.

V. É nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação ou em casos de recurso de ofício.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) III e V.

(E) IV e V.

O item I é falso, pois agravantes e atenuantes não são mais objeto de quesitação no júri (art. 483, CPP). No entanto, vale lembrar o teor do vetusto verbete 162, da Súmula-STF que verbera ser "absoluta a nulidade do julgamento, pelo

Júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes". É verdadeira a afirmação seguinte, de compasso com o teor do enunciado nº 366, da Súmula, do STF. A terceira assertiva está de acordo com o que preconiza o verbete nº 709, da mesma Súmula. Os itens IV e V estão errados porque conflitam, respectivamente, com os enunciados 706 e 160, também da Súmula, do STF.

Em concurso público para membro do MPF, foi novamente cobrado conhecimento da jurisprudência do STF sobre as nulidades processuais penais.

(PGR - 2012 - PGR - Procurador da República) ANALISE OS ENUNCIADOS SEGUINTES:

I - tratando-se de recursos contra sentença absolutória, mesmo as nulidades absolutas não poderão ser reconhecidas *ex officio* quando em prejuizo da defesa. Tal se dá, inclusive, se houver vicio de incompetência absoluta, não alegado pelo recorrente, em recurso que objetive a reforma da sentença absolutória;

II - as nulidades absolutas dizem respeito à violação a regras e princípios fundamentais do processo, configurando verdadeiro interesse público. Em função disso, não precluem e, como regra, não se submetem aos efeitos da coisa julgada;

III - é relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção;

IV - salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela;

V - é nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem prévia audiência da defesa.

Assinale a alternativa correta:

(A) Todos os enunciados são verdadeiros;

(B) Há um enunciado falso;

(C) Existem dois enunciados falsos;

(D) Existem três enunciados falsos.

Resposta: letra (**C**).

A Súmula do STF justifica as afirmativas I (verbete nº 160), III (enunciado nº 706), IV (verbete nº 709) e V (enunciado nº 712). Quanto à proposição II, a primeira parte é correta, não recaindo ambiguidade. As nulidades absolutas não se sujeitam à preclusão enquanto vive o processo.

No que toca ao trânsito em julgado, a segunda parte da afirmação II encerra dubiedade: se a certificação da coisa julgada ignorar, por exemplo, falta de intimação do réu, a nulidade recairá sobre a certidão correspondente. Porém, se a coisa julgada sedimentou nulidade absoluta da sentença condenatória penal sobre a qual o réu foi regularmente comunicado, somente por revisão criminal poderá haver sua rescindibilidade.

CAPÍTULO 20

RELAÇÃO ENTRE PRINCÍPIOS E REGRAS

20.11 Estratégia de resolução de questões

Em concurso público para juiz de direito, foi indagado sobre a natureza constitucional de princípio aplicável ao processo penal, inferido do art. 93, inciso IX, da CF.

(TJ-SE – CESPE/CEBRASPE - 2008 – Juiz) Os princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal incluem

(A) a publicidade.

(B) a verdade real.

(C) a identidade física do juiz.

(D) o *favor rei*.

(E) a indisponibilidade.

Resposta: lebra **(A)**. Note-se que os demais são princípios inferidos de disposições infraconstitucionais.

O tema é recorrente nos concursos públicos para a magistratura, inclusive aos cargos vinculados a TJM:

(TJM-SP - VUNESP - 2016 - Juiz de Direito Substituto) A respeito dos princípios processuais penais, é correto afirmar:

(A) a ausência de previsão de atividade instrutória do juiz em nosso ordenamento processual penal brasileiro decorre do princípio da imparcialidade do julgador.

(B) o direito ao silêncio, que está previsto na Constituição da República, em conformidade com a interpretação sedimentada, só se aplica ao acusado preso.

(C) o princípio da motivação das decisões e das sentenças penais se aplica a todas as decisões proferidas em sede de direito processual penal, inclusive no procedimento do Tribunal de Júri.

(D) o princípio do contraditório restará violado se entre a acusação e a sentença inexistir correlação.

(E) o princípio da verdade real constitui princípio supremo no processo penal, tendo valor absoluto, inclusive para conhecimento e para valoração das provas ilícitas.

Resposta: letra **(D)**, porquanto a correlação entre petição inicial e a sentença é o elo que constitui a aferição de que foi respeitado o contraditório.

São incorretas as opções (A) – o direito positivo prevê atividade probatória do juiz, em dispositivos de duvidosa constitucionalidade; (B) o direito ao silêncio é amplamente assegurado; (C) - à sentença do júri aplica-se fundamentação peculiar, limitada à competência do juiz presidente, diante da incidência do sistema da convicção íntima dos jurados; e (E) - a verdade real é objeto de crítica doutrinária, bem como não tem valor absoluto.

CAPÍTULO 21
INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

21.35 Estratégia de resolução de questões

A disciplina do inquérito policial é frequentemente cobrada em concurso público. Na questão a seguir, em certame para juiz de direito:

> **(TJ-SP - VUNESP - 2021 - Juiz Substituto) No curso de inquérito policial regularmente instaurado para apurar crime de ação penal pública condicionada, e antes de seu encerramento, o advogado regulamente constituído pelo ofendido nos autos efetua requerimento ao Delegado de Polícia que o preside, pleiteando a realização de várias diligências. Considerando findas as investigações, e sem a realização das diligências requeridas, a autoridade policial lança o relatório final e encaminha os autos ao Ministério Público. Diante desse cenário, é correto afirmar**

(A) nos crimes de ação penal pública condicionada, competirá às partes a produção de provas, atuando a autoridade policial de forma subsidiária se, a seu critério, entender cabível a complementação.

(B) agiu a d. autoridade policial em desconformidade com a lei, pois é permitido ao ofendido, ou seu representante legal, requerer diligências para apuração ou esclarecimento dos fatos, somente podendo ser indeferidas tais providências, motivadamente, se impertinentes ou protelatórias.

(C) agiu com acerto a d. autoridade policial, pois, ao distinguir entre requerimento e requisição, incumbirá a ela apenas a realização de diligências requisitadas pelo Juiz ou pelo Ministério Público, nos termos da lei (art. 13, II, CPP).

(D) nos crimes de ação penal pública condicionada, a autoridade policial tem o dever limitado à instauração do inquérito policial.

Opção correta: letra **(B)**, eis que a autoridade policial limitou a possibilidade do ofendido intervir, por intermédio de advogado. As demais opções estão incorretas. O fundamento legal das alternativas está nos arts. 5º, inciso II, § 4º, e 14, do CPP, bem como no art. 7º, inciso XXI, "a", do Estatuto da OAB.

Em outro concurso, para promotor de justiça, foi cobrado o tema sobre arquivamento do inquérito policial.

(MPE-AP - CESPE/CEBRASPE - 2021 - Promotor de Justiça Substituto) Considerando a hipótese de que decisão judicial transitada em julgado tenha homologado o arquivamento de inquérito policial a pedido do Ministério Público estadual, assinale a opção correta, de acordo com as disposições processuais penais em vigor.

(A) O arquivamento do inquérito policial por insuficiência de provas produz coisa julgada material.

(B) O acolhimento do pedido pelo juiz possibilita ao ofendido ou a seu representante legal o manejo da queixa subsidiária.

(C) O oferecimento de denúncia, pelo mesmo crime, devido a novas provas caracteriza, em regra, violação do princípio que veda a revisão *pro societate*.

(D) A decisão judicial de arquivamento por insuficiência probatória possui efeitos de coisa julgada formal.

(E) Da sentença homologatória do arquivamento caberá recurso em sentido estrito.

A fundamentação para a identificação das respostas está descrita ao longo do capítulo e no confronto com os demais.

Resposta correta: **(D)**.

CAPÍTULO 22
AÇÃO PENAL

22.16 Estratégia de resolução de questões

O assunto deste capítulo é frequentemente cobrado em concursos públicos. A questão a seguir é de prova para promotor de justiça:

(MPE-AP - CESPE/CEBRASPE - 2021 - Promotor de Justiça Substituto) A respeito da aplicação dos princípios norteadores do processo penal na ação penal, assinale a opção correta.

(A) O princípio da indivisibilidade afasta a possibilidade de aditamento da queixa-crime.

(B) Na ação penal pública, o oferecimento de denúncia em relação a um dos agentes, mas não aos outros, impõe a instauração de novo processo.

(C) O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública não comporta mitigação.

(D) A ação penal privada subsidiária da pública caracteriza exceção ao princípio da oficialidade.

(E) O pedido de absolvição do réu pelo Ministério Público encontra embasamento no princípio da disponibilidade da ação penal.

Com o domínio das caraterísticas da ação penal e demais temas analisados neste capítulo, chega-se à única opção correta: letra **(D)**.

Em concurso público para promotor de justiça, novamente foram cobrados conhecimentos sobre os caracteres da ação penal, assim como sobre os elementos empíricos que devem acompanhar a petição inicial.

(MPDFT - 2021 - Promotor de Justiça Adjunto) Considere as assertivas abaixo:

I. A renúncia ao exercício da ação penal privada consiste na abdicação do direito de sua propositura e depende de aceitação pela parte adversa.

II. O princípio da indivisibilidade da ação penal privada não se aplica à ação penal pública incondicionada, pois nesta é permitido o aditamento ou até o posterior oferecimento de outra denúncia pelo Ministério Público.

III. No processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial, no caso de haver o crime deixado vestígio, a queixa ou a denúncia não será recebida se não for instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito. A partir do que fora exposto, é possível dizer:

(A) As assertivas I, II e III estão corretas.

(B) As assertivas I e III estão corretas.

(C) As assertivas I, II e III estão incorretas.

(D) As assertivas I e II estão corretas.

(E) As assertivas II e III estão corretas.

Opção correta: **(E)**.

CAPÍTULO 23
AÇÃO CIVIL *EX DELICTO*

23.7 Estratégia de resolução de questões

O tema deste capítulo foi objeto de prova para promotor de justiça. Os argumentos para justificar a resposta correta foram desenvolvidos acima.

(MPE-MG - CONSULPLAN - 2012 - Promotor de Justiça) Assinale a alternativa CORRETA. Impede o ajuizamento da ação civil para reparação do dano causado por crime:

(A) O acórdão que reconhece a inexistência material do fato.

(B) O despacho de arquivamento do inquérito policial.

(C) A decisão que julga extinta a punibilidade.

(D) A sentença que decide que o fato não constitui crime.

Opção correta: letra **(A)**.

A identificação das classes que obstam o exame do mérito da ação reparatória é assunto igualmente exigido no concurso para juiz de direito, juntamente com o conteúdo da ação penal condenatória:

(TJ-AP - FCC - 2014 - Juiz) Acerca da ação civil *ex delicto*, é correto afirmar:

(A) Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, fixado pelo Juiz na decisão condenatória, sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.

(B) O ofendido poderá optar por promover a execução, para o efeito da reparação do dano, no juízo cível ou criminal.

(C) A execução da sentença penal condenatória, para efeito da reparação do dano, é ato personalíssimo do ofendido e não se estende aos seus herdeiros.

(D) A ação para ressarcimento do dano não poderá ser proposta no juízo cível contra o autor do crime e o responsável civil enquanto pendente ação penal para apuração dos mesmos fatos.

(E) De acordo com o Código de Processo Penal, a decisão que julga extinta a punibilidade é causa impeditiva da propositura da ação civil.

Resposta: **(A)**, pelas razões descritas ao longo do capítulo.

CAPÍTULO 24
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

24.9 Estratégia de resolução de questões

Comissão de concurso de juiz de direito procurou identificar o conhecimento do candidato sobre a letra do CPP, no tópico que trata da competência penal, inclusive em torno da alteração legislativa promovida pela Lei nº 14.155/2021 sobre o § 4º, do art. 70, do CPP (única hipótese de fixação da competência pelo domicílio da vítima). Outros dispositivos foram cobrados para a resolução correta: arts. 70 (*caput* e § 3º), 73, 78 e 83, do CPP

(TJ-GO - FCC - 2021 - Juiz Substituto) No tocante à competência no processo penal, o Código de Processo Penal estabelece:

(A) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

(B) Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições de mesma categoria, preponderará sempre a competência por prevenção.

(C) Nos casos de exclusiva ação de iniciativa privada, o querelante poderá preferir o foro de seu domicílio ou residência, ainda quando conhecido o lugar da infração.

(D) Em caso de estelionato praticado mediante depósito, a competência será definida pelo local de domicílio

da vítima e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.

(E) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.

Opção correta: **(D)**.

Em outro certame para promotor de justiça, foi objeto de indagação questão sobre conexão material, lógica ou objetiva (art. 76, II, CPP):

(MPE-SP - 2005 - Promotor de Justiça) Haverá conexão material quando

(A) a prova de uma infração ou de qualquer circunstância influir na prova de outra.

(B) os crimes forem praticados para facilitar ou ocultar outros, ou para se conseguir vantagem ou impunidade de outros.

(C) duas ou mais infrações forem praticadas por várias pessoas reunidas.

(D) uma única conduta delituosa gerar pluralidade de eventos típicos.

(E) houver pluralidade de agentes e unidade de infração.

Gabarito: **(B)**.

Note-se que não se trata de conexão probatória, instrumental ou finalística (quando a prova do crime antecedente for prejudical à comprovação do delito posterior – art. 76, III, CPP).

CAPÍTULO 25
COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

25.21 Estratégia de resolução de questões

Não raramente, em uma questão, são reunidos vários temas de processo penal. A seguinte foi selecionada de concurso público para membro do MPF.

(PGR - 2012 - Procurador da República) CONFORME A JURISPRUDÊNCIA PREVALENTE NO STJ, ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA:

(A) Não é cabivel a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva;

(B) Intimada a defesa da expedição de carta precatória, torna-se desnecessária a intimação da data da audiência no juizo deprecado;

(C) A conexão não determina a reunião dos processos se um deles já foi julgado;

(D) Excluído do feito o ente federal, cuja presença levará o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.

Sobre comunicações processuais, a letra (B) assevera o teor do enunciado nº 273, do STJ. A afirmativa (C) está correta, eis que deriva do art. 82, que preconiza que não são reunidos os processos se houver sentença de mérito não transitada em julgado (sentença definitiva). A proposição (D) retrata o verbete nº 224, da Súmula do STJ.

Resposta: opção **(A)**, eis que a questão requer que seja assinalada a resposta falsa, porquanto colide com os arts. 383, § 1º, e 384, § 3º, do CPP.

Em outro concurso público, para juiz de direito, foi objeto da prova incidência peculiar do art. 366, do CPP.

(TJ-MG - EJEF - 2006 – Juiz) Citado o réu por edital, não comparecendo ele ao interrogatório e nem constituindo advogado, é obrigatória a suspensão do processo e a do prazo prescricional, EXCETO:

(A) nos crimes conexos de competência do Tribunal do Júri, sendo afiançáveis;

(B) no procedimento dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

(C) no procedimento originário dos crimes previstos no Dec.-Lei nº 201, que dispõe sobre a responsabilidade de prefeitos;

(D) no procedimento dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Gabarito: **(D)**.

Cuida-se de exceção expressa no § 2º, do art. 2º, da Lei nº 9.613/1998, ao estatuir que, no processo por crime nela previsto, não se aplica o disposto no art. 366 do CPP. O acusado que não comparecer nem constituir advogado deverá ser citado por edital, porém com o prosseguimento do processo até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo.

CAPÍTULO 26
SUJEITOS PROCESSUAIS

26.9 Estratégia de resolução de questões

A suspeição do juiz foi questionada aos candidatos ao cargo de juiz de direito. Além do conhecimento do teor das disposições legais que afetam a imparcialidade do julgador, uma das proposições demandou raciocínio lógico.

(TJ-PR - FGV - 2021 - Juiz Substituto) O juiz deve ser imparcial e competente. Para assegurar a imparcialidade, a Constituição da República de 1988 estabelece garantias (art. 95, *caput*) e vedações (art. 95, parágrafo único) aos magistrados. Além disso, o Código de Processo Penal prevê hipóteses de impedimentos (art. 252), incompatibilidades (art. 253) e suspeições (art. 254) dos juízes. Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

(A) há suspeição do magistrado quando se encontra com a parte, fora das dependências do foro, tratando de diversos assuntos, sem antecipar qualquer decisão da causa;

(B) caso o juiz tenha se julgado suspeito em um processo, relativamente a determinada pessoa, não poderá julgar qualquer outro feito de que ela seja parte;

(C) é possível o reconhecimento da suspeição se a parte injuriar o juiz, ou, de propósito, der motivo para criar a suspeição;

(D) o juiz não poderá reconhecer sua suspeição, por motivo de foro íntimo, sem explicar a causa;

(E) o fato de o juiz já ter condenado várias vezes um acusado pode ser suscitado como fator para sua suspeição.

Resposta: letra **(B)**. Trata-se de derivação das razões da suspeição já firmada, que se comunicam aos demais processos envolvendo a mesma parte. Os casos de suspeição são elencados em rol exemplificativo.

Em concurso público para juiz federal, foi requerida atenção do candidato aos dispositivos do CPP sobre assistente do MP.

(TRF – 5ª Região - CESPE/CEBRASPE - 2015 - Juiz Federal Substituto) Em relação aos sujeitos do processo, assinale a opção correta.

(A) A atividade probatória do assistente de acusação independe do MP, sendo, por isso, dispensável a oitiva do órgão de acusação no que se refere às postulações probatórias propostas pelo assistente.

(B) Conforme previsão do CPP, a atuação do assistente de acusação, que receberá a causa no estado em que ela se encontra, é admitida enquanto não transitar em julgado a sentença, vedada a participação de corréu no mesmo processo como assistente do MP.

(C) Será configurada a suspeição do juiz, admitindo-se a recusa por qualquer das partes, quando ele tiver funcionado como juiz de outra instância, tendo se pronunciado, de fato ou de direito, sobre a questão.

(D) O acusado e seu defensor, sejam eles pessoa física ou jurídica, constituem a parte passiva no processo penal, qualquer que seja a infração penal cometida.

(E) O CPP, ao disciplinar os sujeitos, dispõe, de forma expressa, em capítulo específico, sobre a defensoria pública e sua atuação no processo criminal.

Uma das formas para se encontrar a resposta da questão é procurar identificar inconsistências em cada uma das assertivas. O assistente do MP é parte que atua no processo penal condenatório *ad coadjuvandum*, sem o condão de suplantar a atividade probatória do *Parquet*, em virtude do que está incorreta a afirmativa (A). A hipótese descrita na proposição (C) é de impedimento (art. 252, CPP) e não de suspeição. A assertiva (D) seria correta caso se referisse apenas ao acusado pessoa física. E a derradeira alternativa, de letra (E), é falsa porque não há no CPP a previsão indicada.

Gabarito: letra (B), consoante o art. 270 do CPP. No entanto, quando há réu colaborador no mesmo processo em que for denunciado o delatado, o primeiro acusado estará auxiliando o MP na produção probatória contra o segundo, de forma similar ao assistente da acusação.[9]

CAPÍTULO 27
DEFESA DO IMPUTADO

27.6 Estratégia de resolução de questões

O examinador do concurso para defensor público colocou à ribalta temas que compõem o direito de defesa, com temas analisados acima.

(DPE-MA - FCC - 2018 - Defensor Público) "Um homem acusado de assalto foi morto por linchamento pela população em São Luís do Maranhão. Segundo a Polícia Militar (PM), J.F.B agiu com um comparsa na abordagem

9. STF – Segunda Turma – HC 157627 AgR – Rel. Min. Edson Fachin – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – publicado em: 17 mar. 2020.

de um eletricista em uma parada de ônibus, na Avenida Marechal Castelo Branco" (Portal G1 MA, 10/04/2018). A notícia acima demonstra a NÃO observância do seguinte princípio do processo penal democrático:

(A) contraditório.

(B) jurisdicionalidade ou necessidade.

(C) imparcialidade.

(D) juiz natural.

(E) paridade de armas.

Resposta: **(B)**. A instauração do processo é essencial ao julgamento do imputado.

Novamente, a banca do concurso para defensor público cobra conhecimentos sobre o direito de defesa, em especial, a paridade de armas.

(DPE-SP - FCC - 2015 - Defensor Público) "Paridade de armas no processo penal é a igual distribuição, durante o processo penal (...) aos envolvidos que defendem interesses contrapostos, de oportunidades para apresentação de argumentos orais ou escritos e de provas com vistas a fazer prevalecer suas respectivas teses perante a autoridade judicial" (Renato Stanziola Vieira, Paridade de armas no processo penal, Gazeta Jurídica, Brasília, 2014, p. 236). Com base no texto acima, é situação de NÃO violação ao princípio da paridade de armas:

(A) Oferecimento de parecer do Ministério Público em recurso decorrente de ação penal de iniciativa pública.

(B) Sustentação oral no Ministério Público após a defesa, em julgamento de recurso exclusivo da acusação.

(C) Sigilo das medidas cautelares em curso na investigação preliminar, cuja ciência ao investigado ou defensor possa prejudicar a eficácia do ato.

(D) Abertura de vista ao Ministério Público após oferecimento de resposta à acusação, onde se alega atipicidade pela incidência do princípio da insignificância.

(E) Distribuição dos espaços físicos entre as partes nos julgamentos populares.

Gabarito: **(C)**. Decerto, a possibilidade descrita nesta alternativa não constitui limitação à paridade de armas.

As demais hipóteses intereferem negativamente no princípio da igualdade e no princípio da paridade de armas. Por exemplo, a afirmação de letra (D) permite que o MP fale antes do momento do art. 397 do CPP, que estabelece os casos de absolvição sumária.

CAPÍTULO 28
PRISÃO PROVISÓRIA

28.21 Estratégia de resolução de questões

Em concurso para promotor de justiça, esperou-se do candidato conhecimentos da letra do CPP sobre o tema da substituição da prisão preventiva pela domiciliar. Para a escolha da opção correta, bastaria o confronto dos arts. 318 e 318-A, do CPP.

(MPE-CE - CESPE/CEBRASPE - 2020 - Promotor de Justiça de Entrância Inicial) De acordo com o Código de Processo Penal, é cabível ao juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar a

(A) pessoa de setenta e cinco anos de idade condenada pela prática do crime de estelionato.

(B) gestante condenada pelo crime de furto qualificado, desde que já tenha ultrapassado o sétimo mês de gravidez.

(C) mulher que, condenada pelo crime de roubo, tenha filho de um ano de idade.

(D) homem que, condenado pelo crime de corrupção passiva, seja o único responsável pelos cuidados do seu filho de dez anos de idade.

(E) mulher que tenha praticado o crime de abandono de incapaz contra seu filho de cinco anos de idade.

Resposta certa: **(D)** – art. 318, VI, CPP.

Está errada a assertiva (C) porque é vedada a prisão domiciliar à mulher acusada de crime com violência ou grave ameaça à pessoa (art. 318-A, I, CPP).

Outra questão de concurso, sobre prisão temporária, igualmente pediu, do candidato a juiz de direito, conhecimento da literalidade do texto da lei.

(TJ-AC - VUNESP - 2019 - Juiz de Direito Substituto) Quanto à prisão temporária, assinale a alternativa correta.

(A) Por se tratar de medida cautelar, dada a urgência, na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz poderá decidir independentemente de manifestação do Ministério Público.

(B) Caberá prisão temporária em homicídio qualificado, mas não em homicídio simples.

(C) A prisão temporária somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial.

(D) O despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de 48 horas, contadas a partir do recebimento da representação ou do requerimento.

Opção correta: **(C)**, de acordo com o § 5º, do art. 2º, da Lei nº 7.960/1989.

CAPÍTULO 29
MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO

29.22 Estratégia de resolução de questões

O tema das medidas cautelares foi objeto de concurso público para promotor de justiça. O domínio do assunto deve partir do conhecimento dos arts. 282 e 319, do CPP. Vale lembrar que mesmo as medidas cautelares alternativas à prisão se submetem a critério excepcional, não havendo aderência, por exemplo, do uso de internação provisória à pessoa inimputável nos casos de delitos culposos, ainda que tenham pena abstrata máxima superior a quatro anos.

(MPE-AP - CESPE / CEBRASPE - 2021 - Promotor de Justiça Substituto) Acerca das medidas cautelares diversas da prisão, assinale a opção correta.

(A) O servidor público em desfavor do qual for decretada a suspensão do exercício da sua função pública ficará privado dos respectivos vencimentos enquanto perdurar a medida.

(B) A internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável tem aplicação em qualquer delito punível com pena privativa de liberdade superior a quatro anos.

(C) O recolhimento domiciliar no período noturno e na folga laboral impõe cumulação obrigatória com a medida cautelar de monitoração eletrônica.

(D) No curso de investigação criminal, o juiz poderá decretar, de ofício, medidas cautelares.

(E) É incompatível a instauração do contraditório prévio com a medida de proibição de o acusado ausentar-se do país.

Resposta: letra **(E)**. Fundamento: art. 283, § 3º, CPP.

A banca examinadora também pode requerer saber reflexivo ou domínio da jurisprudência, diante de casos que carecem de dispositivo específico regulador. A questão a seguir é do certame para ingresso no cargo de promotor de justiça.

(MPDFT - 2021 - Promotor de Justiça Adjunto) Sobre medidas cautelares diversas da prisão, responda às seguintes questões:

(A) O recurso cabível do indeferimento de aplicação de medida cautelar diversa da prisão é a apelação.

(B) Os tribunais superiores vedam a aplicação da medida cautelar diversa da prisão na hipótese de crime de lavagem de dinheiro.

(C) O recolhimento domiciliar noturno cumulado com o uso de tornozeleira eletrônica como medidas cautelares diversas da prisão permitem a contagem do tempo pelo preso para fins de detração.

(D) Não configura constrangimento ilegal fiança arbitrada em razão da gravidade do delito, mesmo que o valor seja inviável pela capacidade econômica do indivíduo.

(E) É pacífico o entendimento de que é admitido o poder geral de cautela em matéria penal, podendo o juiz

estabelecer medidas cautelares diversas da prisão não previstas na norma processual, em hipóteses extraordinárias.

A resposta que mais se ajusta ao enunciado é a de letra **(C)**. Trata-se de orientação contemplada pelo STJ.[10]

As demais assertivas são incorretas.

CAPÍTULO 30
PROVA PENAL

30.36 Estratégia de resolução de questões

A comissão examinadora de concurso público de juiz de direito submeteu ao candidato questão para aferir seu domínio sobre a legislação processual penal extravagante, notadamente acerca da Lei Complementar nº 105/2001 e das Leis nºs 9.296/1996 e 12.850/2013. Necessário, outrossim, conhecer a jurisprudência do STF sobre o tema.

(TJ-GO - FCC - 2021 - Juiz Substituto) Em relação à prova no processo penal,

(A) o Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, entende legítimo o compartilhamento, com o Ministério Público e as autoridades policiais, para fins de investigação criminal, da integralidade dos dados bancários e fiscais do contribuinte obtidos pela Receita Federal e pelo Conselho de Controle de

10. STJ – Sexta Turma – AgRg no HC 652.810/SC – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24 set. 2021.

Atividade Financeira, sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário.

(B) as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz apenas aquelas que puderem induzir a resposta.

(C) a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos poderá ser autorizada pelo juiz, para investigação ou instrução criminal, quando houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam iguais ou superiores a quatro anos e a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes.

(D) a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação depende de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização do juiz competente, e poderá ser autorizada pelo prazo de até seis meses, vedada renovação.

(E) será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida com pena de detenção, desde que a pena máxima seja superior a dois anos.

Alternativa correta: **(A)**, conforme a tese fixada no Tema 990, do STF,[11] comentado no corpo deste capítulo.

O assunto tem sido cobrado recorrentemente em concursos públicos, como se verifica na seguinte questão do certame para ingresso no cargo de juiz de direito.

(TJ-PR - FGV - 2021 - TJ-PR - Juiz Substituto) Em relação ao compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades

11. STF – RE 1055941 – Pleno – Rel. Min. Dias Toffoli – Publicado em 18 mar. 2021.

Financeiras (COAF) com os órgãos de persecução penal para fins criminais, é correto afirmar que:

(A) depende de prévia autorização judicial;

(B) depende de prévia justa causa;

(C) depende da existência de prova de reforço;

(D) independe de prévia autorização judicial;

(E) não pode ser realizado.

Gabarito: **(D)**.

CAPÍTULO 31
PROCEDIMENTOS

31.20 Estratégia de resolução de questões

Para resolver questões sobre procedimento, é necessário estar atento à legislação e à jurisprudência. A questão de concurso a seguir, para provimento de cargos de juiz de direito, requereu domínio de procedimentos de natureza comum e especial.

(TJ-BA - CESPE - 2019 - Juiz de Direito Substituto) Acerca dos procedimentos processuais penais no Brasil, julgue os itens a seguir.

I - Nos crimes contra a propriedade imaterial que deixem vestígios, o exame do corpo de delito será condição de procedibilidade para o exercício da ação penal.

II - No procedimento sumário, o prazo para resposta à acusação é de cinco dias.

III - Registro de depoimento tomado na audiência de instrução por meio audiovisual terá de ser encaminhado às partes, sendo obrigatória a transcrição.

IV - No procedimento por crime funcional, em caso de ilícito afiançável, o réu será notificado para apresentar defesa preliminar por escrito no prazo de quinze dias. Estão certos apenas os itens

(A) I e IV.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I, II e III.

(E) I, II e IV.

Opção correta: letra **(A)**. Dispositivos aplicados: arts. 396-A, 405, § 2º, 514, *caput*, 525 e 526, CPP.

Em outra questão, de concurso público para promotor de justiça, igualmente se cobrou resposta a partir da dicção estrita da lei processual penal. O art. 397 do CPP possui dubiedade consistente em preconizar "absolvição sumária" para o caso de "extinção de punibilidade" (inciso IV). Apesar de semanticamente diversos, os institutos foram inseridos no mesmo rótulo. Mais uma vez, o candidato precisar atentar para o que é pedido no enunciado da questão, ainda que não se concorde com a falta de técnica na legislação.

(MPE-PR - 2019 - Promotor Substituto) Sobre absolvição sumária no procedimento comum, segundo o Código de Processo Penal, esta é possível:

A) Se a denúncia for inepta ou houver existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.

B) Se o fato narrado evidentemente não constitui crime ou estiver extinta a punibilidade do agente.

C) Se existir manifesta causa excludente de ilicitude ou de culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade penal decorrente de ser o agente menor de dezoito anos, quando deverá o feito ser remetido ao juizado competente.

D) Se faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal.

E) Se existir dúvida sobre a materialidade do fato ou autoria do réu ("in dubio pro reo").

Gabarito: **(B)**.

CAPÍTULO 32

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

32.16 Estratégia de resolução de questões

Sobre tema abordado neste capítulo, banca de concurso público para promotor de justiça aferiu conhecimentos sobre os enunciados do CPP. O assunto foi estudado analiticamente acima.

(MPDFT - 2021 - Promotor de Justiça Adjunto) Sobre as questões e processos incidentes, assinale a alternativa correta:

(A) As exceções de suspeição e de incompetência possuem natureza peremptória.

(B) O juiz que espontaneamente afirmar suspeição deverá fazê-lo por escrito, declarando o motivo legal,

e remeterá imediatamente o processo ao Tribunal, intimadas as partes.

(C) Se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias.

(D) As exceções serão processadas em autos apartados e suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.

(E) A suspeição dos jurados deverá ser arguida por escrito, decidindo de plano o presidente do Tribunal do Júri, que a rejeitará se, negada pelo recusado, não for imediatamente comprovada, o que tudo constará da ata.

Gabarito: **(C)**.

Em concurso público para juiz de direito, foram requeridos conhecimentos sobre os processos incidentes.

(TJ-PR - CESPE/CEBRASPE – 2018 – Juiz) A respeito de questões e processos incidentes em âmbito penal, é correto afirmar que

(A) o juiz, no incidente de insanidade mental, pode, de ofício e independentemente da anuência da defesa, determinar a apresentação compulsória do acusado em exame médico.

(B) o leilão público de bens sequestrados, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, está condicionado ao exclusivo requerimento da parte interessada.

(C) o deferimento das medidas assecuratórias de natureza patrimonial previstas no Código de Processo Penal está submetido ao princípio da jurisdicionalidade.

(D) o Código de Processo Penal não admite a oposição verbal da exceção de incompetência.

Resposta: letra **(C)** – art. 127, CPP.

As demais assertivas colidem com dispositivos do mesmo Código (arts. 108; 133; 149; 150)

CAPÍTULO *33*

PRAZOS

33.11 Estratégia de resolução de questões

As questões de concursos públicos podem reunir vários assuntos. A seguinte é do certame para ingresso no cargo de juiz de direito.

(TJ-DFT - CESPE/CEBRASPE - 2015 - Juiz de Direito Substituto) A respeito do processo e do procedimento nos crimes de competência do juiz singular e do tribunal do júri, assinale a opção correta.

(A) No caso de citação por hora certa, a contagem do prazo para apresentação de defesa inicia-se na data da juntada do mandado de citação ou na data da carta precatória ou de ordem.

(B) Nos crimes de competência do juiz singular, caso a citação seja realizada por edital e o acusado não compareça nem constitua advogado, o juiz deverá nomear defensor dativo para apresentar defesa no prazo de dez dias.

(C) Se for provido o recurso de apelação interposto contra sentença do tribunal do júri que aplicou pena excessiva, o tribunal de apelação deverá retificar a pena.

(D) A nulidade de sentença do tribunal do júri por falta de quesito obrigatório deve ser suscitada pela defesa no momento de formação dos quesitos; não o fazendo, incidirá a preclusão.

(E) Se, em resposta aos quesitos, os jurados reconhecerem, por unanimidade, que o acusado teve a intenção de roubar e não de matar, o juiz presidente deverá desclassificar a conduta, dissolver o júri e remeter os autos ao juízo singular.

Opção correta: letra **(C)**.

Note-se que o prazo processual penal é contado em dias corridos e tem sua **fluência** a partir do dia seguinte à efetivação da intimação (não a partir da juntada do mandado aos autos!), em virtude do que a alternativa (A) está equivocada.

Outra questão, extraída da prova para promotor de justiça, foram indagados aspectos dos prazos aplicados aos recursos criminais.

(MPE-GO - 2019 - Promotor de Justiça) Sobre o tema referente aos recursos no processo penal, assinale a alternativa correta:

(A) O termo inicial do prazo recursal para o Ministério Público se dá com o "ciente" aposto nos autos pelo membro do *Parquet*, tendo em vista sua prerrogativa de receber a intimação pessoal mediante a entrega dos autos com vista.

(B) Assim como a Defensoria Pública, o Ministério Público também tem prazo em dobro para recorrer, sendo que tal prerrogativa não se estende ao defensor dativo.

(C) A jurisprudência dominante do STJ tem entendido que com o advento do novo Código de Processo Civil, os prazos no âmbito penal também devem ser computados apenas nos dias úteis.

(D) Suponha a seguinte situação: ao final da ação penal, o réu foi absolvido. O Promotor de Justiça, irresignado, interpôs recurso de apelação, visando à condenação do acusado, no entanto, pediu nova vista dos autos para apresentar posteriormente as respectivas razões recursais. Ocorre que quando os autos foram remetidos ao Ministério Público, outro Promotor estava respondendo pela Promotoria. Este novo Promotor, caso concorde com a sentença absolutória, pode apresentar razões recursais no sentido de se manter a absolvição do réu, mesmo contrariando os termos da interposição do recurso pelo outro Promotor, que buscava a condenação do réu, sem que isso configure desistência tácita do recurso.

Gabarito: **(D)**.

O Ministério Público não tem prazo em dobro no processo penal, nem tem a prerrogativa de apor o "ciente" nos autos, o que violaria a isonomia processual. Os prazos processuais penais contam-se na forma do art. 798 do CPP.

CAPÍTULO 34

CONSENSO NO PROCESSO PENAL

34.7 Estratégia de resolução de questões

A suspensão condicional do processo é tema que permeia os espaços de consenso, a ação penal e os procedimentos. A questão a seguir foi objeto de prova para promotor de justiça.

(MPE-CE - CESPE/CEBRASPE - 2020 - Promotor de Justiça de Entrância Inicial) Em ação penal privada, pedido de suspensão condicional do processo

(A) não é cabível, assim como a transação penal, porque tanto esse pedido quanto a transação penal são exclusivos de ações penais públicas.

(B) é cabível, desde que oferecido pelo Ministério Público, por ser um direito público subjetivo do acusado.

(C) não é cabível, diferentemente da transação penal, haja vista expressa disposição legal.

(D) é cabível, desde que oferecido pelo ofendido.

(E) é cabível somente em favor do réu, haja vista a possibilidade de ofensa ao princípio da indivisibilidade da ação penal privada.

Veja-se que a legislação não supre a dúvida exigida pela banca examinadora. Para encontrar a resposta correta, o candidato deverá ter conhecimento da jurisprudência.

Gabarito: **(D)**.

O ANPP tem sido objeto de questionamento das bancas, nos concursos mais recentes. Na questão a seguir, a comissão examinadora espera conhecimento das disposições do art. 28-A, do CPP.

(MPDFT - 2021 - Promotor de Justiça Adjunto) Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a alternativa incorreta:

(A) Recusada a homologação do acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.

(B) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

(C) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade.

(D) O acordo de não persecução penal, conforme expressa previsão legal, não se aplica aos crimes praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, se o investigado for reincidente, aos crimes hediondos, e se o agente foi beneficiado nos cinco anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.

(E) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que recusar homologação da proposta de acordo de não persecução penal.

O candidato deve estar especialmente atento aos casos restritos de vedação ao ANPP. Não se insere no modal proibido os delitos **hediondos**, *ex vi* do § 2º, do art. 28-A. Daí a afirmativa incorreta ser a letra **(D)**, gabarito oficial da questão. De acordo com o inciso II, daquele parágrafo, não bastam, por exemplo, evidências de reiteração delitiva, pois é ressalvada a **insignificância** da infração penal, para permitir a celebração desse negócio jurídico processual.

CAPÍTULO 35
DECISÃO JUDICIAL

35.15 Estratégia de resolução de questões

Ao responder uma questão objetiva, o candidato pode seguir metodologia que descarte as afirmativas com erros mais

evidentes. O assunto sentença penal foi objeto de indagação na prova para o cargo de juiz de direito, sob várias perspectivas.

(TJ-GO - FCC - 2021 - Juiz Substituto) Quanto à sentença penal, o Código de Processo Penal dispõe:

(A) O juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valores mínimo e máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido que tiverem sido apurados na instrução processual.

(B) Ao proferir sentença condenatória, o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta.

(C) Na sentença absolutória, o juiz ordenará a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas, salvo se devidamente justificada a necessidade de sua manutenção para fins de reparação do dano na esfera cível.

(D) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, apenas se a pena aplicada for menos grave.

(E) Se existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena, o juiz absolverá o réu por inexistência de prova suficiente para a condenação.

As seguntes alternativas são identificadas como falsas mais facilmente, por colidirem com a letra expressa do CPP: letra (A) – art. 387, IV; (C) – art. 386, parágrafo único, II; (D) – art. 383; e (E) – art. 386, VI e VII.

Resposta correta: **(B)** – art. 387, § 1º, CPP.

Não passou em branco, para a banca de concurso público para promotor de justiça, o problema de duplicidade de

sentenças, desenvolvido acima. A resposta a ser assinalada deverá ser a que estiver em compasso com o entendimento do STJ, diante da não especificação do ponto de vista no enunciado da questão.

(MPE-CE – CESPE/CEBRASPE - 2020 - Promotor de Justiça de Entrância Inicial) Na hipótese de haver duplo julgamento do mesmo fato, deve prevalecer o processo em que

(A) a sentença transitar em julgado primeiro.

(B) a sentença for prolatada primeiro.

(C) o inquérito tiver sido instaurado primeiro.

(D) a denúncia tiver sido ofertada primeiro.

(E) a sentença for mais favorável ao acusado.

Gabarito: **(A)**, conforme estudado supra[12].

CAPÍTULO 36

RECURSOS

36.14 Estratégia de resolução de questões

A escolha do recurso apropriado é assunto constantemente exigido em concuros públicos. Também é relevante conhecer a metodologia e o rito recursal. A questão a seguir é de concurso para defensor público.

(DPE-RS - FCC - 2014 - Defensor Público) João foi denunciado pela prática do fato previsto no art. 121, § 2º,

12. STJ – Sexta Turma – RHC 69.586/PA – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Rel. p/ Acórdão Min. Rogerio Schietti Cruz – DJe 04 fev. 2019.

II, do Código Penal. Apresentada resposta à acusação, inquiridas as testemunhas e realizado debate oral, restou pronunciado nos termos alinhados na denúncia. Inconformado com a decisão, querendo recorrer, poderá ele interpor:

(A) apelação, no prazo de cinco dias a partir da juntada aos autos do mandado de intimação da pronúncia.

(B) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias a partir da juntada aos autos do mandado de intimação da pronúncia.

(C) apelação, no prazo de cinco dias a partir da efetiva intimação da pronúncia.

(D) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias a partir da efetiva intimação da pronúncia.

(E) *habeas corpus*, com a finalidade de obstar o julgamento pelo Tribunal do Júri e a iminente violação de liberdade de locomoção.

Gabarito: **(D)** – art. 581, IV; 586, CPP.

Comissão examinadora de concurso para promotor de justiça elaborou questão para verificar o domínio sobre a carta testemunhável (arts. 639 a 646, CPP).

(MPE-MG – FUNDEP/Gestão de Concursos - 2019 - Promotor de Justiça Substituto) A respeito da carta testemunhável, assinale a assertiva correta:

(A) Cabe carta testemunhável, segundo pacífico entendimento, contra a decisão que denega recurso em sentido estrito e correição parcial.

(B) Admite-se seja a carta testemunhável interposta pelo Ministério Público, pelo defensor e pelo assistente de acusação.

(C) Interposta a carta testemunhável, o escrivão, sob pena de suspensão, encaminhará imediatamente o instrumento à instância superior, já que inexistente, no caso, efeito regressivo.

(D) A carta testemunhável seguirá, na instância superior, o processo previsto para as apelações.

Resposta: letra **(B)**, consoante se depreende da análise do tema linhas acima.

CAPÍTULO 37
AÇÕES AUTÔNOMAS IMPUGNATIVAS

37.10 Estratégia de resolução de questões

Em concurso público para promotor de justiça, foi aferido conhecimento dos candidatos acerca do rito do *habeas corpus*, permeado pela verificação do domínio das hipóteses de recurso em sentido estrito (art. 581, X, CPP).

(MPE-AP - CESPE/CEBRASPE - 2021 - Promotor de Justiça Substituto) Um cidadão, visando a questionar a ilegalidade de determinado ato produzido no âmbito de um inquérito policial, o qual atinge diretamente o seu direito de liberdade, impetrou *habeas corpus* com pedido de liminar no competente juízo. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Denegada a ordem, o impetrante poderá manejar *habeas corpus* substitutivo na instância superior, em vez de optar pelo recurso previsto em lei.

(B) Indeferida a liminar veiculada pelo impetrante, a via recursal pertinente será o recurso em sentido estrito.

(C) No âmbito do *habeas corpus*, poderá ser requerida a produção de provas destinadas à comprovação da ilegalidade do ato.

(D) É legalmente dispensável a oitiva do Ministério Público previamente à decisão judicial.

(E) É imprescindível, como requisito para o peticionamento do remédio constitucional, que o impetrante identifique nominalmente a autoridade coatora.

Resposta: **(D)**, eis que o parecer ministerial não tem previsão legal no seu rito perante juiz de primeiro grau de jurisdição. As demais afirmativas estão incorretas, consoante se depreende dos arts. 647 a 667, do CPP.

Em outro certame, a banca examinadora estabeleceu diálogo entre recursos como os embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, CPP) e as ações autônomas impugnativas, a exemplo da revisão criminal (art. 621, CPP). A questão a seguir é de concurso para provimento de cargos de defensor público.

(DPE-BA - FCC - 2021 - Defensor Público) Sobre recursos, habeas corpus e revisão criminal, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

(A) caberá apelação da decisão judicial que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal.

(B) em atenção à paridade de armas, o Ministério Público também possui prazo em dobro para recorrer em âmbito penal.

(C) os Embargos Infringentes, interpostos por acusação ou defesa, possuem efeito devolutivo amplo.

(D) a superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em *habeas corpus*.

(E) a soberania dos vereditos impede o juízo rescisório em revisão criminal interposta contra decisão do Tribunal do Júri.

Alternativa correta: letra **(D)**, inferida da jurisprudência e da percepção de que as demais opções destoam do direito positivo (art. 581, XXV, CPP).

CAPÍTULO 38
EXECUÇÃO PENAL

38.15 Estratégia de resolução de questões

O conteúdo da LEP é frequentemente inserido nos concursos públicos para defensor público. A questão a seguir pressupõe que o candidato saiba distinguir os conceitos de permissão de saída e saída temporária, que são espécies do gênero autorização de saída.

(DPE-AP - FCC - 2018 - Defensor Público) A saída temporária

(A) pode ser concedida aos condenados que cumprem pena em regime fechado em caso de falecimento ou doença grave de familiar.

(B) é autorizada pelo Presidente da República mediante decreto de indulto publicado anualmente.

(C) é vedada em caso de crime hediondo.

(D) para fins de visita à família pode ser concedida por prazo não superior a sete dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano, desde que o condenado esteja no regime semiaberto.

(E) depende da realização de exame criminológico que comprove que o sentenciado não irá fugir ou cometer novos delitos durante o gozo do benefício.

Resposta: **(D)**, a teor dos arts. 122 e 124, da LEP.

O examinador, frequentemente, exige o conhecimento literal da lei. Em concurso para defensor público, foi objeto de indagação a disciplina sobre progressão de regime. Por decorrência, o candidato deveria dominar os temas correlatos (comportamento carcerário, reincidência, faltas disciplinares).

(DPE-BA - FCC - 2021 - Defensor Público) Sobre a progressão de regime de cumprimento de pena:

(A) Em caso de mais de uma condenação, o lapso temporal deve ser sempre único, prevalecendo o vigente na data do primeiro delito.

(B) É possível readquirir o bom comportamento para fins de progressão de regime antes de um ano da ocorrência da falta disciplinar.

(C) A exigência de exame criminológico para a progressão de regime de condenados por crime com violência ou ameaça contra a pessoa não retroage aos casos anteriores à Lei Anticrime.

(D) O reincidente que cumpre pena por um furto e um tráfico de drogas deve cumprir o lapso temporal de 60% para progredir de regime.

(E) No caso de mulher gestante que cumpre pena por roubo, o lapso temporal para a progressão de regime é de 1/8, se primária e com bom comportamento.

Gabarito: **(B)** – art. 112, § 7º, LEP.

As demais proposições estão erradas, de acordo com a divergência verificada com dispositivos da LEP: (A) – art. 111, parágrafo único; (C) – art. 8º; (D) – art. 112, VII; e (E) – 112, § 3º, I.